

***TIM Participações S.A. e
TIM Participações S.A. e
empresa controlada***

*INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS em
31 de março de 2019*

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. e
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. e EMPRESA CONTROLADA**

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	12
Comentário de Desempenho	32
Notas explicativas às demonstrações financeiras	54
Parecer do Conselho Fiscal	108
Declaração dos diretores sobre as Demonstrações Financeiras	109
Declaração dos diretores sobre as Demonstrações Financeiras	110

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
TIM Participações S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da TIM Participações S.A. (a “Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Alexandre Fermino Alvares
Contador CRC 1SP 211793/O-5

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		03/2019	12/2018	03/2019	12/2018
Ativo		20.073.684	20.275.453	36.822.242	31.957.889
Circulante		66.026	457.534	6.571.875	5.998.126
Caixa e equivalentes de caixa	4	79	167	915.050	1.075.530
Títulos e valores mobiliários	5	21.197	13.378	752.757	784.841
Contas a receber de clientes	6	342	444	3.029.490	2.838.808
Estoques	7	-	-	214.628	183.059
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		-	362.436	-	-
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8	-	-	281.325	280.254
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	17.387	45.278	273.398	347.505
Despesas antecipadas	11	2.493	2.460	899.420	272.060
Instrumentos financeiros derivativos	36	-	-	47.409	50.769
Arrendamento mercantil financeiro	16	-	-	4.517	22.491
Outros valores a compensar	17	-	-	44.230	41.612
Outros ativos		24.528	33.371	109.651	101.197
Não Circulante		20.007.658	19.817.919	30.250.367	25.959.763
Realizável a longo prazo		107.220	133.848	3.973.717	4.074.137
Títulos e valores mobiliários		-	-	5.310	5.229
Contas a receber de clientes		-	-	104.460	130.308
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8	-	-	903.754	912.511
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	-	-	561.325	558.016
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	803.648	801.971
Depósitos judiciais	12	105.218	131.270	1.296.828	1.345.113
Despesas antecipadas	11	2.002	2.578	72.367	74.381
Instrumentos financeiros derivativos	36	-	-	32.009	30.639
Arrendamento mercantil financeiro	16	-	-	155.160	185.558
Outros ativos		-	-	38.856	30.411
Investimento	13	19.742.882	19.526.515	-	-
Imobilizado	14	-	-	15.871.284	11.203.622
Intangível	15	157.556	157.556	10.405.366	10.682.004

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS -- continuação

31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		03/2019	12/2018	03/2019	12/2018
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		20.073.684	20.275.453	36.822.242	31.957.889
Total do Passivo		154.570	480.616	16.903.128	12.163.052
Circulante		72.485	441.024	6.515.581	7.075.379
Fornecedores	18	3.892	11.770	3.781.912	4.323.374
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	650.480	698.728
Arrendamento mercantil financeiro	16	-	-	684.699	205.048
Instrumentos financeiros derivativos	36	-	-	3.856	2.373
Obrigações trabalhistas		3.906	2.344	245.272	211.685
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	468	447	434.664	451.169
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	46	47.285	232.822	332.333
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	25	55.091	370.105	55.091	370.105
Autorizações a pagar	19	-	-	66.074	65.464
Receitas diferidas	23	-	-	351.886	406.867
Outros passivos		9.082	9.073	8.825	8.233
Não Circulante		82.085	39.592	10.387.547	5.087.673
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	1.911.949	964.289
Instrumentos financeiros derivativos	36	-	-	8.544	9.245
Arrendamento mercantil financeiro	16	-	-	6.124.113	1.735.026
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	-	-	2.831	2.772
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	-	-	210.530	209.880
Provisão para processos judiciais e administrativos	24	52.358	9.837	826.039	849.408
Plano de pensão e outros benefícios pós emprego		-	-	2.822	2.850
Autorizações a pagar	19	-	-	358.431	348.336
Receitas diferidas	23	-	-	884.463	906.600
Outros passivos		29.727	29.755	57.825	59.267
Patrimônio Líquido	25	19.919.114	19.794.837	19.919.114	19.794.837
Capital social		9.866.298	9.866.298	9.866.298	9.866.298
Reservas de capital		414.977	412.091	414.977	412.091
Reservas de lucros		9.524.124	9.524.124	9.524.124	9.524.124
Ajustes de avaliação patrimonial		847	847	847	847
Ações em tesouraria		(7.166)	(8.523)	(7.166)	(8.523)
Lucro do período		120.034	-	120.034	-

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora			
		1° Tri/19	03/2019	1° Tri/18	03/2018
Receita líquida	27	-	-	-	-
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	28	-	-	-	-
Lucro bruto		-	-	-	-
Receitas (despesas) operacionais:					
Comercialização	28	-	-	-	-
Gerais e administrativas	28	(9.094)	(9.094)	(6.769)	(6.769)
Resultado da equivalência patrimonial	13	213.721	213.721	252.349	252.349
Outras receitas (despesas), líquidas	29	(45.972)	(45.972)	(315)	(315)
		158.655	158.655	245.265	245.265
Lucro operacional		158.655	158.655	245.265	245.265
Receitas (despesas) financeiras:					
Receitas financeiras	30	(640)	(640)	538	538
Despesas financeiras	31	(41.227)	(41.227)	(673)	(673)
		(41.867)	(41.867)	(135)	(135)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		116.788	116.788	245.130	245.130
Imposto de renda e contribuição social	32	3.246	3.246	-	-
Lucro líquido do exercício		120.034	120.034	245.130	245.130
<i>Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)</i>					
Lucro básico por ação	33	0,05	0,05	0,10	0,10
Lucro diluído por ação	33	0,05	0,05	0,10	0,10

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Consolidado			
		1º Tri/19	03/2019	1º Tri/18	03/2018
Receita líquida	27	4.190.826	4.190.826	4.119.853	4.119.853
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	28	(1.957.381)	(1.957.381)	(1.897.479)	(1.897.479)
Lucro bruto		2.233.445	2.233.445	2.222.374	2.222.374
Receitas (despesas) operacionais:					
Comercialização	28	(1.277.046)	(1.277.046)	(1.214.376)	(1.214.376)
Gerais e administrativas	28	(405.348)	(405.348)	(379.435)	(379.435)
Outras receitas (despesas), líquidas	29	(102.396)	(102.396)	(108.774)	(108.774)
		(1.784.790)	(1.784.790)	(1.702.585)	(1.702.585)
Lucro operacional		448.655	448.655	519.789	519.789
Receitas (despesas) financeiras:					
Receitas financeiras	30	62.557	62.557	83.669	83.669
Despesas financeiras	31	(325.105)	(325.105)	(253.929)	(253.929)
		(262.548)	(262.548)	(170.260)	(170.260)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		186.107	186.107	349.529	349.529
Imposto de renda e contribuição social	32	(66.073)	(66.073)	(104.399)	(104.399)
Lucro líquido do exercício		120.034	120.034	245.130	245.130
<i>Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)</i>					
Lucro básico por ação	33	0,05	0,05	0,10	0,10
Lucro diluído por ação	33	0,05	0,05	0,10	0,10

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**

Períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	1° Tri/19	03/2019	1° Tri/18	03/2018
Lucro líquido do exercício	120.034	120.034	245.130	245.130
Outros componentes do resultado abrangente				
Item que não será reclassificado para o resultado:				
Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego	-	-	(588)	(588)
Total do resultado abrangente do exercício	120.034	120.034	244.542	244.542

Os itens na demonstração de resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos.

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Períodos findos em 31 de março

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros								Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de incentivo fiscal	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	
Saldos em 1º. de janeiro de 2019	9.866.298	412.091	838.692	7.267.574	1.417.858	(8.523)	847	-	19.794.837
Total do resultado abrangente do período									
Lucro líquido do período								120.034	120.034
Reflexo do valor de benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido da controlada (nota 13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-	120.034	120.034
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Opções de compra de ações (nota 25.b)	-	2.886	-	-	-	-	-	-	2.886
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	1.357	-	-	1.357
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	2.886	-	-	-	1.357	-	-	4.243
Saldos em 31 de março de 2019	9.866.298	414.977	838.692	7.267.574	1.417.858	(7.166)	847	120.034	19.919.114

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Períodos findos em 31 de março

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros								Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de incentivo fiscal	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	
Saldos em 1º. de janeiro de 2018	9.866.298	416.162	718.759	5.894.060	1.271.403	(16.487)	989	-	18.151.184
Impacto da adoção inicial de novos pronunciamentos contábeis (nota 2.f)	-	-	-	(62.119)	-	-	-	-	(62.119)
Saldos em 1º. de janeiro de 2018 ajustado	9.866.298	416.162	718.759	5.831.941	1.271.403	(16.487)	989	-	18.089.065
Total do resultado abrangente do período									
Lucro líquido do período								245.130	245.130
Reflexo do valor de benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido da controlada (nota 13)	-	-	-	-	-	-	(588)	-	(588)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	(588)	245.130	244.542
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Opções de compra de ações (nota 25.b)	-	(273)	-	-	-	-	-	-	(273)
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	4.770	-	-	4.770
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	(273)	-	-	-	4.770	-	-	4.497
Saldos em 31 de março de 2018	9.866.298	415.889	718.759	5.831.941	1.271.403	(11.717)	401	245.130	18.338.104

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de março

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		03/2019	03/2018	03/2019	03/2018
Atividades operacionais					
Lucro antes do Imposto de renda e da Contribuição social		116.788	245.130	186.107	349.529
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		-	-	1.334.210	901.472
Resultado de equivalência patrimonial	13	(213.721)	(252.349)	-	-
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados		-	-	4.533	4.704
Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos		-	-	133	172
Provisão para processos administrativos e judiciais	24	44.119	297	95.108	103.099
Atualização monetária sobre depósitos e processos administrativos e judiciais		41.516	(96)	42.714	79.130
Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros		-	-	21.141	79.418
Juros sobre arrendamento mercantil passivo	31	-	-	210.001	66.055
Juros sobre arrendamento mercantil ativo	30	-	-	(6.422)	(6.465)
Perdas por créditos de liquidação esperada	28	-	-	172.610	115.715
Opções de compra de ações		553	(730)	3.198	(273)
		(10.745)	(7.748)	2.063.333	1.692.556
Redução (aumento) dos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes		103	(700)	(327.822)	(344.189)
Impostos e contribuições a recuperar		27.891	165	96.847	168.983
Estoques		-	-	(31.569)	(26.475)
Despesas antecipadas		543	537	(634.559)	(596.934)
Dividendos e Juros sobre capital próprio recebidos		362.436	-	-	-
Depósitos judiciais		24.962	(3.612)	44.526	11.894
Outros ativos		8.843	(2.977)	(17.125)	(69.998)
Aumento (redução) dos passivos operacionais					
Obrigações trabalhistas		1.562	1.332	33.587	49.710
Fornecedores		(7.878)	810	(540.745)	221.480
Impostos, taxas e contribuições		(16.029)	(99)	(158.225)	(104.208)
Autorizações a pagar		-	-	7.843	(141.235)
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	24	(42.023)	(302)	(157.432)	(111.792)
Receitas diferidas		-	-	(77.118)	(68.515)
Outros passivos		(22)	9	(5.733)	(22.252)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		349.643	(12.585)	295.808	659.025
Atividades de investimentos					
Títulos e valores mobiliários		(7.820)	(17.564)	32.004	(128.828)
Adições ao imobilizado e intangível		-	-	(650.092)	(612.898)
Recebimento de arrendamento mercantil financeiro		-	-	5.802	5.646
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(7.820)	(17.564)	(612.286)	(736.080)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de março
(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	03/2019	03/2018	03/2019	03/2018
Atividades de financiamentos				
Novos empréstimos	-	-	1.000.000	-
Amortização de empréstimos	-	-	(150.046)	(869.533)
Pagamento de arrendamento mercantil financeiro	-	-	(352.043)	(58.856)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(1.532)
Compra de ações em tesouraria, líquido de alienações	1.045	4.770	1.045	4.770
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	(342.956)	(12)	(342.958)	(12)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	(341.911)	4.758	155.998	(925.163)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(88)	(25.391)	(160.480)	(1.002.218)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	167	28.369	1.075.530	2.960.718
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	79	2.978	915.050	1.958.500

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

	Consolidado	
	03/2019	03/2018
<u>Informações suplementares dos fluxos de caixa consolidado</u>		
Juros pagos	221.558	111.238
Imposto de renda e contribuição social pagos	45.462	73.350
<u>Transações que não envolvem caixa</u>		
Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	(5.054.003)	(8.936)
Aumento das obrigações de leasing - sem efeito no caixa	5.054.003	8.936

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Períodos findos em 31 de março

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	03/2019	03/2018	03/2019	03/2018
Receitas				
Receita operacional bruta	-	-	6.104.071	5.824.357
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	-	(172.610)	(115.715)
Descontos concedidos, devoluções e outros	-	-	(658.608)	(408.905)
	-	-	5.272.853	5.299.737
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	-	-	(717.716)	(1.030.815)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(48.286)	(1.988)	(852.903)	(862.730)
	(48.286)	(1.988)	(1.570.619)	(1.893.545)
Retenções				
Depreciação e amortização	-	-	(1.334.210)	(901.472)
Valor adicionado líquido produzido	(48.286)	(1.988)	2.368.024	2.504.720
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	213.721	252.349	-	-
Receitas financeiras	(640)	538	62.557	83.671
	213.081	252.887	62.557	83.671
Valor adicionado total a distribuir	164.795	250.899	2.430.581	2.588.391
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	4.125	4.305	124.733	128.481
Benefícios	241	267	47.127	43.583
F.G.T.S	111	57	13.749	13.190
Outros	1.426	(4)	16.046	9.799
	5.903	4.625	201.655	195.053
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(2.369)	474	624.393	672.450
Estaduais	-	-	961.074	1.009.318
Municipais	-	-	28.690	27.822
	(2.369)	474	1.614.157	1.709.590
Remuneração de Capitais de Terceiros				
Juros	41.224	665	324.857	253.553
Aluguéis	3	5	168.188	185.065
	41.227	670	493.045	438.618
Outros				
Investimento social	-	-	1.690	-
	-	-	1.690	-
Remuneração de Capital Próprio				
Dividendos e JCP	-	-	-	-
Lucros retidos	120.034	245.130	120.034	245.130
	120.034	245.130	120.034	245.130

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

RESULTADOS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2019

DESTAQUES

Mantendo a Evolução da Base de Clientes no Móvel e na Ultra Banda Larga

- **A base de clientes pós-pago atingiu 37,4% do total**, crescimento de 11,4% A/A;
- **A base de clientes de UBL da TIM Live cresceu 18,3% A/A**, totalizando 486 mil conexões;
- **ARPU móvel manteve sólido crescimento de 5,3% A/A**, atingindo R\$ 22,8;
- **ARPU da TIM Live com crescimento robusto de 12,0%**, atingindo R\$ 79,6.

Desenvolvendo a Infraestrutura para uma Melhor Experiência do Cliente

- **Liderança em cobertura 4G com 3.295 cidades**, utilizando múltiplas frequências (700 MHz, 1,8 GHz, 2,1 GHz e 2,5 GHz) para crescer em capacidade;
- **Tecnologia VoLTE disponível em mais de 2.700 cidades**, melhorando a experiência de voz dos usuários;
- **Acelerando a expansão do FTTH com 1,3 milhão de domicílios** cobertos com fibra em 12 cidades em março;
- **Melhoria em todos os indicadores da última Pesquisa de Satisfação divulgada pela Anatel em 2019** e crescimento de NPS em todos os segmentos.

EBITDA Resiliente com forte controle de custos e eficiência compensando ambiente externo desafiador

- **Receita Líq. Gerada pelo Cliente (segmento móvel) cresceu 2,3% A/A**;
- **Receita da TIM Live avançou 34,9% A/A**, mantendo o forte ritmo de crescimento;
- **Custos e Despesas Normalizados* caíram 0,2% A/A**, demonstrando uma abordagem eficiente em face aos desafios de curto prazo;
- **EBITDA Normalizado* manteve sólida evolução 5,3% A/A**;
- **Margem EBITDA Normalizada* atingiu 35,7%**, mantendo o ritmo de expansão A/A (+1,2 p.p.).

DESCRIÇÃO		1T19	1T18	%A/A	4T18	%T/T
Operacional	Base Móvel de Clientes ('000)	55.083	57.894	-4,9%	55.923	-1,5%
	Pré-pago	34.504	39.426	-12,5%	35.694	-3,3%
	Pós-pago	20.579	18.468	11,4%	20.229	1,7%
	Base de Usuários 4G ('000)	35.580	29.546	20,4%	34.488	3,2%
	Base de Clientes TIM Live ('000)	486	411	18,3%	467	4,0%
Financeiro (R\$ milhões)	Receita Líquida	4.191	4.120	1,7%	4.457	-6,0%
	Receita de Serviços	4.024	3.986	1,0%	4.221	-4,7%
	Serviço Móvel	3.795	3.781	0,4%	3.999	-5,1%
	Serviço Fixo	229	205	11,6%	223	2,9%
	Custos Normalizados* da Operação	(2.694)	(2.698)	-0,2%	(2.637)	2,2%
	EBITDA Normalizado*	1.497	1.421	5,3%	1.820	-17,8%
	Margem EBITDA Normalizada*	35,7%	34,5%	1,2p.p.	40,8%	-5,1p.p.
	Lucro Líquido Normalizado*	251	245	2,5%	587	-57,2%
Capex (Ex-aquisição de licenças)	650	613	6,0%	1.371	-52,6%	

*Custos da Operação e EBITDA normalizados conforme itens apontados na seção de Custos (+R\$ 1,5 milhão no 1T19 e +R\$ 220 mil no 1T18). Lucro Líquido normalizada por ajuste aos impostos diferidos (+R\$ 30,3 milhões no 1T19).

DESEMPENHO FINANCEIRO (Sem efeitos da adoção do IFRS 16 e com efeitos do IFRS 9 e 15)

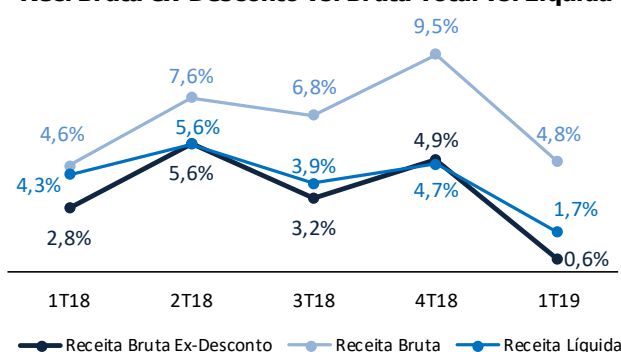
RECEITA OPERACIONAL

DESCRIÇÃO	1T19	1T18	%A/A	4T18	%T/T
R\$ milhões					
Receita Líquida	4.191	4.120	1,7%	4.457	-6,0%
Receita de Serviços	4.024	3.986	1,0%	4.221	-4,7%
Serviço Móvel	3.795	3.781	0,4%	3.999	-5,1%
Gerada pelo Cliente	3.506	3.426	2,3%	3.649	-3,9%
Interconexão	139	198	-29,9%	189	-26,5%
Outras Receitas	151	157	-4,1%	161	-6,5%
Serviço Fixo	229	205	11,6%	223	2,9%
dos quais TIM Live	112	83	34,9%	109	3,0%
Receita de Produtos	166	134	24,6%	236	-29,5%

No 1T19, a Receita Líquida foi de R\$ 4.191 milhões, crescimento de 1,7% comparado com o primeiro trimestre de 2018. Por mais um trimestre, registramos crescimento em todos os segmentos: Serviço Móvel, Serviço Fixo e Produtos. A Receita Líquida de Serviços cresceu 1,0% A/A no 1T19, reduzindo o seu ritmo de expansão, impactada por uma recuperação econômica frágil e competição mais intensa. A Receita Líquida de Produtos cresceu 24,6% A/A no 1T19.

No 1T19, a Receita Bruta Total apresentou crescimento de 4,8% A/A, superando a expansão da Receita Líquida Total. Essa dinâmica é explicada, pelo aumento nos descontos dado aos clientes. Este é um dos pilares na estratégia de fidelização de nossa base de clientes.

Rec. Bruta ex-Desconto vs. Bruta Total vs. Líquida



Detalhamento do Segmento Móvel (líquido de impostos e deduções):

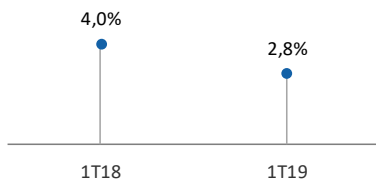
A Receita do Serviço Móvel (RSM) totalizou R\$ 3.795 milhões no 1T19, apresentando um crescimento de 0,4% comparado com o mesmo trimestre do ano passado. A desaceleração na expansão dessa linha refletiu a queda mais acentuada na receita de Interconexão, acompanhada de leve queda na linha de Outras Receitas e um menor crescimento da Receita Gerada pelo Cliente (RGC).

A RGC (Receitas de Voz Dados & Conteúdo) avançou 2,3% A/A no 1T19, influenciada por:

- Do lado positivo, (i) boa dinâmica nas transferências intra-segmentos (Controle – Pós-Puro +18.4% A/A), (ii) boa performance na aquisição de novas linhas de Pós-Pago (+45.3% A/A) e (iii) pelo crescimento do dispêndio dos usuários Pré-Pagos (+3,4% A/A) após o lançamento da oferta TIM Pré TOP.

- Do lado negativo, (i) cenário de lenta recuperação, refletida em expectativas reduzidas de crescimento do PIB¹ e na menor confiança dos consumidores² e (ii) um ambiente competitivo mais acirrado, principalmente no segmento Pré-Pago. A combinação desses fatores vem afetando o volume de recargas e a dinâmica de base do Pré-Pago que associadas a uma abordagem mais criteriosa nos filtros de crédito reduziram a velocidade das migrações do Pré-Pago para Pós-Pago.

Exposição VU-M sobre a Receita (% sobre a Receita Líq. de Serviços)



A Receita Líquida de Interconexão (ITX) acelerou sua trajetória de queda e, no 1T19, apresentou redução de 29,9% A/A, refletindo o impacto do corte da tarifa VU-M (Tarifa de Terminação Móvel) de aproximadamente 50% (de ~R\$ 0,04 para ~R\$ 0,02) e um menor crescimento no tráfego entrante. Em uma visão pro-forma, excluindo os efeitos da adoção do IFRS 15 e 9, esta seria a queda mais acentuada para receita de ITX dos últimos 11 trimestres. **A incidência da VU-M na Receita Líquida de Serviços atingiu 2,8% no trimestre.**

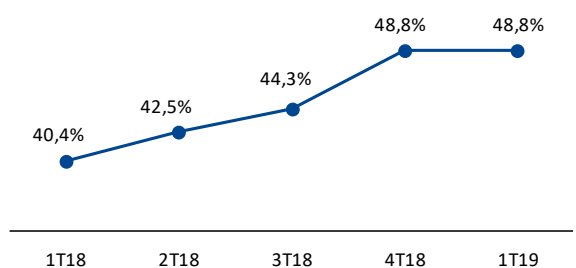
A linha de Outras Receitas registrou queda de 4,1% A/A no 1T19 em função das menores receitas com alugueis de infraestrutura. Essa linha de receita segue a dinâmica dos contratos de compartilhamento e *swap* de rede, que representam mais de 50% da mesma e com custos correspondentes na linha de Rede e Interconexão.

O ARPU (Receita Média Mensal Por Usuário) móvel do 1T19 cresceu 5,3% A/A e atingiu R\$ 22,8 influenciado principalmente pela melhora no mix da base com as migrações para planos de maior valor. O ARPU dos segmentos, que exclui receitas de clientes "não-TIM" e outras receitas móveis, apresentou alta no pré-pago e queda no pós-pago. No trimestre, o ARPU do pré-pago foi de R\$ 11,6 (+1,6% A/A) e o do pós-pago foi de R\$ 38,2 (-4,6% A/A).

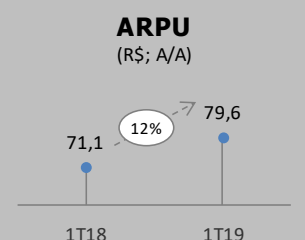
Detalhamento do Segmento Fixo (líquidos de impostos e deduções):

A Receita do Serviço Fixo totalizou R\$ 229 milhões neste trimestre, um aumento de 11,6% comparado ao 1T18. Esta performance reflete o crescimento da **TIM Live**, que no 1T19 cresceu **34,9% A/A** e já representa aproximadamente metade da receita de serviço fixo. Ao longo do trimestre a companhia estruturou novos canais para expandir sua cobertura nos próximos meses. A Live está presente hoje em 15 cidades (sendo 5 capitais). Os demais serviços do segmento fixo recuaram 4% A/A.

Participação Live na Receita Fixa



O ARPU (Receita Média Mensal Por Usuário) da TIM Live foi de R\$ 79,6, 12,0% maior que no 1T18. O desempenho é explicado pelo crescimento na penetração de ofertas de maior valor, com velocidades superiores, e ampliação da oferta de conteúdo após o lançamento do portfólio de planos FTTH em abril/18.



¹ A pesquisa Focus do Banco Central mostrou uma expectativa de queda do PIB de 2,5% em janeiro/19 para aproximadamente <1,5% em março/19.

² O Índice de Confiança do Consumidor ("ICC" - FGV) caiu 5,8% no acumulado do ano (com queda de 5,3% em março/19 em relação ao mês anterior). A queda foi puxada pela incerteza entre os consumidores em relação a economia devido à lenta recuperação e a demora no avanço das reformas.

Detalhamento de Aparelhos e Dispositivos (líquidos de impostos e deduções):

A Receita de Produtos cresceu 24,6% A/A nesse trimestre. A performance positiva deve-se à redução dos descontos concedidos e um melhor mix de vendas contribuindo para a elevação do preço médio dos aparelhos. O volume de aparelhos vendidos apresentou uma redução de 7,4% A/A. A penetração de smartphones sobre a base final de Mar/19 cresceu para 86% (+3.6 p.p A/A)

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	1T19	1T18	%A/A	4T18	%T/T
R\$ milhões					
Custos Reportados da Operação	(2.696)	(2.699)	-0,1%	(2.635)	2,3%
Custos Normalizados* da Operação	(2.694)	(2.698)	-0,2%	(2.637)	2,2%
Pessoal	(249)	(240)	3,8%	(259)	-3,8%
Comercialização	(906)	(899)	0,8%	(903)	0,3%
Rede e Interconexão	(921)	(1.011)	-8,9%	(887)	3,8%
Gerais e Administrativos	(146)	(144)	1,3%	(154)	-5,3%
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(199)	(180)	10,2%	(268)	-25,7%
Provisão para Devedores Duvidosos	(173)	(116)	49,2%	(149)	15,6%
Outras receitas (despesas) operacionais	(101)	(109)	-7,0%	(17)	479,4%
Custos Normalizados* da Operação Ex-CMV	(2.495)	(2.518)	-0,9%	(2.370)	5,3%

*Custos da Operação normalizados por ajustes ao contrato de *sale-leaseback* de torres (+R\$ 1,5 milhão no 1T19 e +R\$ 220 mil no 1T18).

No 1T19, os Custos e Despesas Operacionais Normalizados totalizaram R\$ 2.694 milhões, queda de 0,2% A/A, permanecendo sob estrito controle, demonstrando a capacidade da Companhia buscar eficiência. Excluindo-se o Custo das Mercadorias Vendidas, o Opex normalizado registrou queda de 0,9% A/A comparado com o 1T18.

O Plano de Eficiência atingiu 25% da meta estabelecida para o ano de 2019. A trajetória do Opex iniciou 2019 de maneira melhor do que o previsto no Plano Estratégico da Companhia, sendo o controle de custos, um pilar fundamental da estratégia. Nos três primeiros meses do ano, as iniciativas do plano geraram economias que somaram R\$ 190 milhões.

Detalhamento do Desempenho de Custos e Despesas Normalizados:

Custos com Pessoal cresceram 3,8% A/A no 1T19. A performance dessa linha foi influenciada principalmente por elementos orgânicos, como inflação sobre salários e benefícios. Adicionalmente, houve um aumento nas contingências trabalhistas.

A linha de Comercialização apresentou aumento de 0,8% A/A no 1T19, impactada pela contabilização das despesas relacionadas ao direito de uso da marca TIM³, além de maiores gastos com publicidade e propaganda e maiores despesas com vendas de pós-pago e banda larga residencial. Apesar disso, a linha manteve as tendências estruturais dos trimestres anteriores, com os ganhos de eficiências geradas pelas iniciativas de digitalização de processos, redução das despesas com FISTEL e menores *fees* de recarga do pré-pago.

O grupo de Rede e Interconexão registrou queda de 8,9% A/A no 1T19. A boa performance foi influenciada por menores custos em ambos os subgrupos. Os principais fatores de melhoria no subgrupo de Interconexão foram: (i) a queda na tarifa de terminação móvel (VU-M), (ii) menor pressão do tráfego sainte para outras operadoras e (iii) redução dos custos com provedores de conteúdo. O subgrupo Rede foi positivamente impactado por menores custos com linhas alugadas e alugueis de terrenos.

³ No dia 17 de maio de 2018, a TIM Participações e a Telecom Itália fecharam contrato de licenciamento de uso de marca registrada concedendo formalmente à TIM Part e suas subsidiárias o direito de utilização da marca "TIM" mediante ao pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita líquida da companhia.

Despesas Gerais e Administrativas (G&A) aumentaram 1,3% A/A no trimestre, principalmente em razão de maiores despesas atreladas aos serviços de cobrança com o início de uma nova operação de *contact center* no final de 2018, uma das iniciativas implementadas em nosso plano de ação para recuperar a PDD.

O Custo de Mercadorias Vendidas (CMV) avançou 10,2% A/A no 1T19, acompanhando a dinâmica da receita de aparelhos, com aumento no preço médio de venda (+14,9% A/A), mais que compensando a redução do volume de vendas no período (-7,4% A/A).

As Provisões para Devedores Duvidosos (PDD) aumentaram 49,2% A/A no 1T19, explicado pela maior base de receita exposta a inadimplência refletindo o crescimento da base pós-paga em 11,4% A/A e um ambiente econômico ainda de muitos desafios (desemprego, renda, endividamento) com cerca de 40%⁴ da população adulta inadimplente. Mesmo com essa expansão, a PDD como percentual da Receita Bruta permanece sob controle, no patamar de 2,8% no trimestre.

Outras Despesas Operacionais Normalizadas registraram queda de 7,0% A/A nesse trimestre. A redução ocorreu majoritariamente em função das menores despesas com contingências, além da redução na contribuição do FUST/FUNTEL. A participação dessa linha sobre o OPEX total normalizado ficou em 3,7% no 1T19 (4,1% no 1T18).

Os Custos de Aquisição de Clientes (SAC = subsídio + comissionamento + despesas de publicidade) totalizaram R\$ 62,9 por adição bruta no 1T19, um aumento de 11,1% A/A, acompanhando maiores despesas com comissionamento (mix de pós-pago mais elevado nas adições brutas) e com publicidade.

2,8
Meses de
payback

Apesar do aumento do SAC, **a relação SAC/ARPU (que indica o *payback* por cliente) permaneceu em um nível saudável de 2,8 meses, frente 2,6 meses do 1T18.**

⁴ De acordo com dados da Serasa Experian, o número de pessoas com o nome sujo ou com dívidas em atraso alcançou 63 milhões em março (+3.2% A/A). Este é o maior patamar desde o início da série histórica, iniciada em 2016. Com isso, 40,3% da população adulta está inadimplente no Brasil.

DO EBITDA AO LUCRO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	1T19	1T18	%A/A	4T18	%T/T
R\$ milhões					
EBITDA Reportado	1.495	1.421	5,2%	1.822	-17,9%
Margem EBITDA Reportada	35,7%	34,5%	1,2p.p.	40,9%	-5,2p.p.
Depreciação & Amortização	(1.037)	(901)	15,0%	(1.018)	1,9%
Depreciação	(566)	(519)	9,0%	(597)	-5,2%
Amortização	(471)	(382)	23,2%	(421)	12,0%
EBIT	458	520	-11,9%	804	-43,0%
Margem EBIT	10,9%	12,6%	-1,7p.p.	18,0%	-7,1p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(121)	(170)	-28,8%	(58)	109,2%
Despesas financeiras	(176)	(243)	-27,9%	(278)	-36,8%
Receitas financeiras	54	73	-26,7%	221	-75,6%
Variações cambiais, líquidas	1	(0)	n.a.	(1)	n/a
Lucro antes dos impostos	337	350	-3,6%	746	-54,9%
Imposto de renda e cont. social	(117)	(104)	12,4%	(114)	2,7%
Lucro Líquido	220	245	-10,4%	632	-65,3%
EBITDA Normalizado*	1.497	1.421	5,3%	1.820	-17,8%
Margem EBITDA Normalizada*	35,7%	34,5%	1,2p.p.	40,8%	-5,1p.p.
Resultado Financeiro Líquido Normalizado*	(121)	(170)	-28,8%	(124)	-2,3%
Imposto de renda e cont. social Normalizado*	(87)	(104)	-16,6%	(91)	-4,2%
Lucro Líquido Normalizado*	251	245	2,5%	587	-57,2%
Total de Itens Normalizados	(32)	(0)	n/a	45	n/a

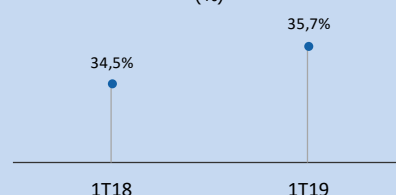
*EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (+R\$ 1,5 milhão no 1T19 e +R\$ 220 mil no 1T18). Lucro Líquido normalizada por ajuste aos impostos diferidos (+R\$ 30,3 milhões no 1T19).

EBITDA (LAJIDA – Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)

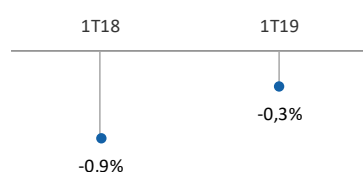
O EBITDA Normalizado do 1T19 totalizou R\$ 1.497 milhões, representando um crescimento de 5,3% A/A. As principais alavancas para este crescimento foram (i) grandes esforços no controle de custos e despesas, (ii) aumento da Receita Gerada pelo Cliente Móvel e (iii) aumento da Receita com Serviço Fixo.

A Margem EBITDA Normalizada de 35,7% foi recorde para um primeiro trimestre. O aumento de 1,2 p.p. na comparação com o 1T18 foi influenciada principalmente pela performance destacada em Custos, que compensou a dinâmica mais desafiadora para a receita de serviço móvel.

Margem EBITDA Normalizada (%)



Exposição VU-M sobre o EBITDA (% sobre o EBITDA Normalizado)



A exposição do EBITDA a VU-M fechou o 1T19 em -0,3%. A dinâmica deste indicador tende a ser um pouco mais volátil. Neste trimestre, a VU-M líquida (receita – custo) ficou negativa em função de uma queda maior na receita de interconexão móvel do que no custo com a VU-M.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO (D&A) / EBIT

No 1T19, D&A registrou aumento de 15,0% A/A, explicada, principalmente, pelo crescimento no investimento em *software* dedicado ao processo de digitalização e pela licença de 700MHz (a amortização da licença começa após a ativação das cidades). **O EBIT do 1T19 caiu 11,9% A/A**.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Resultado Financeiro Líquido Reportado do 1T19 foi negativo em R\$ 121 milhões, uma melhora de R\$ 49 milhões quando comparado ao 1T18. O resultado foi positivamente impactado por um menor volume médio da dívida, além do menor custo nominal refletindo a queda dos níveis da taxa de juros.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda e a Contribuição Social foi R\$ 117 milhões no 1T19, ante R\$ 104 milhões do 1T18, com alíquotas efetivas de 34,7% e 29,8%, respectivamente. No 1T19, a linha foi impactada em R\$ 30,3 milhões por impostos diferidos, efeito que não deve se repetir. Excluindo esse efeito, o Imposto de Renda e a Contribuição Social seriam de R\$ 87 milhões e a alíquota efetiva ficaria em 25,7%. Neste trimestre, não houve anúncio de Juros sobre Capital Próprio, que de acordo com o planejamento da Companhia devem se concentrar no segundo semestre de 2019.

LUCRO LÍQUIDO

No trimestre, excluindo o impacto de R\$ 30,3 milhões referente aos impostos diferidos, **o Lucro Normalizado foi de R\$ 251 milhões, alta de 2,5% A/A**. O Lucro Líquido Reportado totalizou R\$ 220 milhões no trimestre, queda de 10,4% A/A, com um LPA de R\$ 0,09 versus R\$ 0,10 no 1T18.

FLUXO DE CAIXA, DÍVIDA E CAPEX

DESCRIÇÃO	1T19	1T18	%A/A	4T18	%T/T
R\$ milhões					
EBITDA Normalizado*	1.497	1.421	5,3%	1.820	-17,8%
Capex	(650)	(613)	6,0%	(1.371)	-52,6%
EBITDA Normalizado* - Capex	847	808	4,7%	449	88,6%
Capital de Giro	(1.486)	(501)	196,6%	1.272	n.a.
Itens operacionais não recorrentes	(1)	(0)	n.a.	2	n.a.
Fluxo de Caixa Operacional Ex-licenças	(641)	307	n.a.	1.723	n.a.
Limpeza 700MHZ	-	(143)	-100,0%	-	n.a.
Fluxo de Caixa Operacional	(641)	164	n.a.	1.723	n.a.

*EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (+R\$ 1,5 milhão no 1T19 e +R\$ 220 mil no 1T18).

O Fluxo de Caixa Operacional Livre Normalizado (FCOL), excluindo a licença de 700 MHz, foi negativo em R\$ 641 milhões no 1T19, uma redução de R\$ 948 milhões comparado ao 1T18, resultado de uma variação do capital de giro mais negativa em 985 milhões, ocasionada, principalmente, por uma redução das contas de Fornecedores a Pagar.

CAPEX

O Capex totalizou R\$ 650 milhões no 1T19, um crescimento de 6,0% comparado ao 1T18. Os investimentos continuam sendo destinados à infraestrutura (aproximadamente 90%), principalmente a projetos de TI, rede de transporte e tecnologia 4G através do 700MHz e dos *refarming* de 1,8 GHz e 2,1 GHz.

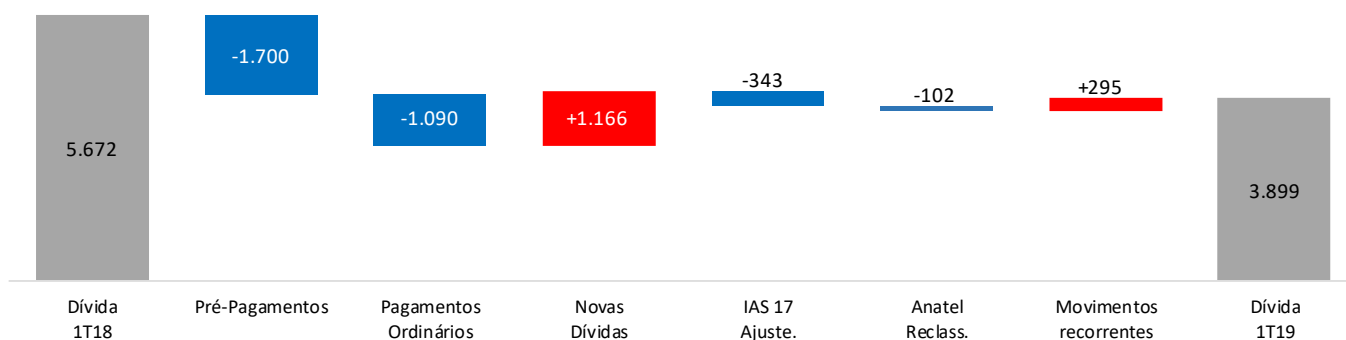
DÍVIDA E CAIXA

A Dívida Bruta do 1T19 ficou em R\$ 3.899 milhões, uma redução de R\$ 1.773 milhões A/A. O saldo atual inclui (i) o reconhecimento de *leasing* no valor total de R\$ 1.403 milhões (relacionado a venda de torres, projeto LT Amazonas e outros *leasings* financeiros) e (ii) a posição de *hedge* no valor de R\$ 67 milhões (reduzindo a dívida bruta) que inclui os derivativos de proteção comercial ("*Call Option*" de Dólar). Este trimestre ainda foi impactado pela reclassificação do valor remanescente referente à aquisição da licença 700MHz, cujo valor atualizado no 1T19 é de R\$102 milhões, o qual a Companhia está contestando judicialmente⁵.

A dívida da TIM está concentrada em contratos de longo prazo (83% do total), composta principalmente por financiamentos com o BNDES e Debêntures. Aproximadamente 14% da dívida total é denominada em moeda estrangeira (USD), sendo totalmente protegida por hedge para moeda local. **O custo médio da dívida excluindo o leasing foi de 7,6% a.a.**, uma redução quando comparado ao custo de 8,6% a.a. do 1T18. Durante os últimos 12 meses, foram efetuados importantes pré-pagamentos de dívida ao BNDES que, juntos ao processo normal de amortização e pagamento de juros da dívida, totalizaram um valor de R\$ 2.790 milhões.

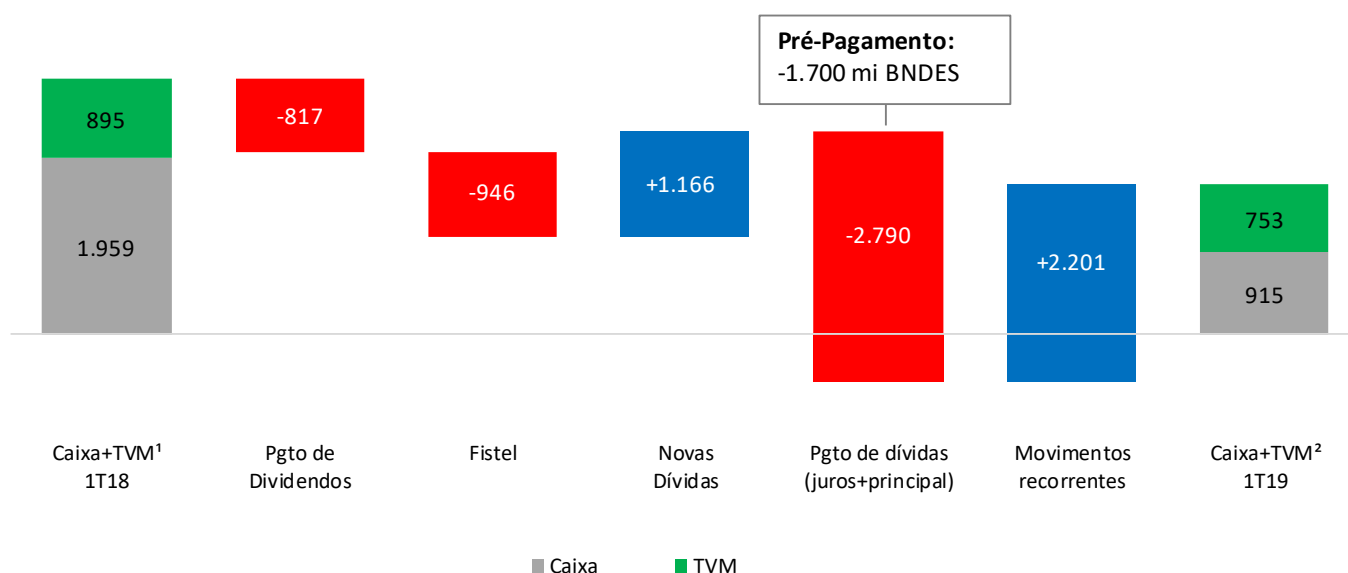
⁵ Em decorrência de um valor adicional assumido pela TIM Celular (antiga denominação da TIM S/A, subsidiária integral da TIM Participações), essa deveria ter obtido um desconto no montante final a ser pago pela Autorização de uso da faixa de 700 MHz, entretanto, a metodologia empregada pela ANATEL para cálculo desse valor foi diferente da constante no Edital, razão pela qual a TIM Celular apresentou recurso administrativo que foi julgado e denegado ainda em dezembro de 2014 (assim como os das demais Proponentes Vencedoras). Em 30 de junho de 2015, a TIM Celular distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R\$61 milhões (R\$ 103 milhões em 31 de março de 2019) o qual ainda está pendente de julgamento. (ITR Nota 19).

Movimentos na Dívida



No final do trimestre, as posições de Caixa e Títulos de Valores Mobiliários totalizaram R\$ 1.668 milhões, uma redução de R\$ 1.185 milhões A/A. Os principais movimentos que afetaram o caixa e títulos nos últimos 12 meses são apresentados a seguir:

Movimentos do Caixa



¹ Títulos de Valores Mobiliários: Fundo Cambial

² Títulos de Valores Mobiliários: Fundo Fixo

O rendimento financeiro médio caiu para 6,5% a.a, no 1T19, comparado aos 6,7% a.a no 1T18, acompanhando a redução da taxa Selic.

A relação Dívida Líquida/EBITDA ficou em 0,35x no trimestre, uma redução comparada aos 0,46x do 1T18. No 1T19, a Dívida Líquida totalizou R\$ 2.231 milhões, queda de R\$ 587 milhões comparada ao mesmo período do ano anterior, quando a dívida líquida foi de R\$ 2.819 milhões.

EVENTOS DO TRIMESTRE E SUBSEQUENTES

MUDANÇA DO AUDITOR INDEPENDENTE

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 24 de abril de 2019, a contratação da Ernst & Young Auditores Independentes S/S. ("EY"), como a empresa de auditoria independente da Companhia, para a prestação de serviços de auditoria contábil relativa ao exercício que se encerrará em 31 de dezembro de 2019, sendo responsável pela revisão das Informações Financeiras Trimestrais a partir do segundo trimestre de 2019, em substituição à PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC").

Com o objetivo de garantir o rodízio dos auditores independentes também nas empresas não-listadas, seguindo as melhores práticas de mercado, a Companhia optou por substituir a PwC pela EY. Além disso, a Companhia tem oportunidade de capturar sinergias operacionais e financeiras, sob a ótica do Grupo Telecom Italia. A PwC manifestou sua anuência quanto à justificativa da substituição, nos termos do art. 28 da IN CVM nº308/99.

ADOÇÃO DO IFRS 16

Em julho de 2014, foi emitida o IFRS 16 / CPC 06 (R2), nova norma contábil que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2019. A norma exige que os arrendatários reconheçam os ativos e passivos decorrentes dos contratos de arrendamento ("aluguel"; leases), exceto contratos de curto prazo, ou seja de 12 meses ou menos, ou contratos em que o ativo subjacente seja de baixo valor. Nesse sentido, o aumento do passivo de arrendamento, devido ao reconhecimento do direito de uso dos ativos, resulta em um aumento na dívida líquida da Companhia, sendo a depreciação e os juros reconhecidos na demonstração do resultado como uma substituição das despesas de arrendamento operacional.

Em razão da falta de comparabilidade com períodos anteriores, os resultados apresentados neste documento excluem os efeitos decorrentes dessa nova norma.

DESEMPENHO OPERACIONAL E DE MARKETING

DESCRIÇÃO	1T19	1T18	%A/A	4T18	%T/T
Base Móvel de Clientes ('000)	55.083	57.894	-4,9%	55.923	-1,5%
Pré-Pago	34.504	39.426	-12,5%	35.694	-3,3%
Pós-Pago	20.579	18.468	11,4%	20.229	1,7%
Base de Usuários 4G ('000)	35.580	29.546	20,4%	34.488	3,2%
Market share	24,1%	24,6%	-0,5p.p.	24,4%	-0,3p.p.
Pré-Pago	27,2%	27,1%	0,1p.p.	27,5%	-0,3p.p.
Pós-Pago	20,1%	20,4%	-0,3p.p.	20,3%	-0,2p.p.
Adições Líquidas ('000)	(840)	(740)	13,4%	(319)	163,3%
Base de Clientes de Telefonia Fixa ('000)	946	751	26,0%	897	5,5%
Base de Clientes TIM Live ('000)	486	411	18,3%	467	4,0%

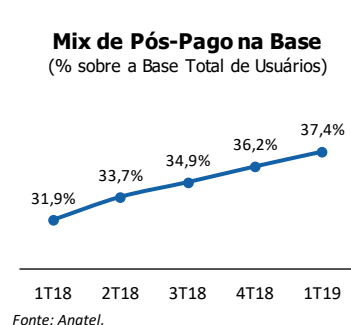
SEGMENTO MÓVEL:

MERCADO

O mercado móvel brasileiro continua em processo de consolidação de **SIM cards**. A base pré-paga reportou redução de 3,0 milhões de linhas no trimestre e 18,6 milhões na comparação com o 1T18. Apesar da desaceleração desta queda no trimestre quando comparado com períodos anteriores, as adições líquidas no pós-pago de 2,6 milhões de acessos no 1T19 e 11,7 milhões nos últimos 12 meses não foram suficientes para garantir o crescimento da base total.

TIM

A TIM fechou o 1T19 com uma base de linhas ativas de **55,1 milhões**. O resultado representa uma queda de 4,9% no A/A, refletindo a dinâmica do mercado.



No segmento pós-pago, a base de clientes totalizou **20,6 milhões**, adicionando 2,1 milhões de linhas nos últimos 12 meses, representando um crescimento de +11,4% no A/A. Com o aumento do número de linhas pós-pagas, a relevância desse segmento vem crescendo e, neste trimestre, representou 37,4% da base total (+ 5,5 p.p. no A/A). As novas ativações deram a maior contribuição para crescimento no período, principalmente nos planos Controle. Como parte da estratégia de assegurar uma qualidade superior da base, o mix de novos clientes B2C em ofertas fidelizadas cresceu 28,5 p.p. no A/A.

No pré-pago, a base de clientes totalizou **34,5 milhões**. Apesar das desconexões líquidas de 4,9 milhões de linhas nos últimos 12 meses, a TIM mantém sua liderança com 27,3% de participação. A dinâmica do segmento ainda foi fortemente determinada pelo comportamento do churn, em função do cenário competitivo acirrado e o ambiente macroeconômico ainda desafiador. A companhia continua com a manutenção de sua rígida política de limpeza de base e aproveita-se da consolidação do mercado para capturar um maior comprometimento do cliente, através da oferta de pacotes que incluem os serviços mais atrativos para o segmento.

Ao final do trimestre, **a base 4G apresentou 35,6 milhões de acessos**, um crescimento anual de 20,4%. No 1T19, o volume de aparelhos nesta tecnologia já representava 67% da base voz da companhia, o maior mix do mercado.

A penetração de smartphones na base evoluiu 3,6 p.p A/A e encerrou o 1T19 em 86% do total de clientes. Esse crescimento corrobora com a estratégia da Companhia em equipar seus clientes com aparelhos 4G visando aumentar a penetração dos serviços de dados.

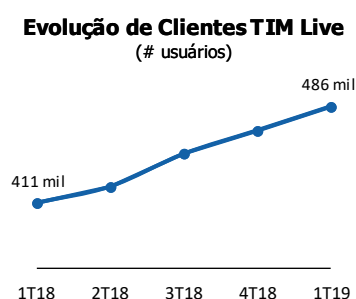
A base de M2M e Terminais de dados fechou o trimestre com 2,4 milhões de acessos, +31,3% A/A. O crescimento desta linha foi impulsionado por novos projetos ligados aos setores do Agronegócio e Financeiro. Além disso, neste trimestre a companhia deu um importante passo em direção à transformação digital do segmento B2B, com a contratação de duas novas plataformas, para eSIM e para IoT.

SEGMENTO FIXO:

A base da TIM Live fechou o período com 486 mil clientes, apresentando um crescimento anual de 18,3%. As adições líquidas na tecnologia FTTH (*Fiber To The Home*) atingiram a maior alta, com 23 mil novos acessos no trimestre.

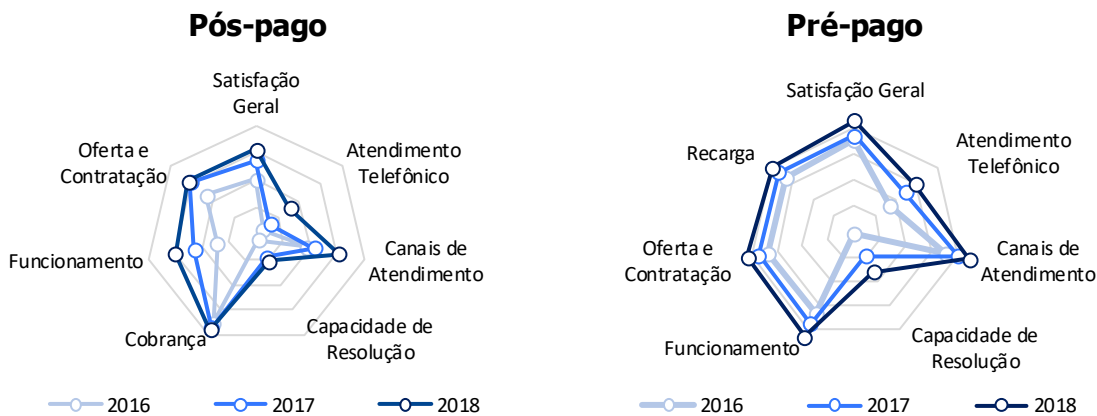
A companhia mantém seu compromisso de fomentar o crescimento de tecnologias que permitam ofertas de maior velocidade e ótima estabilidade de conexão. A cobertura representada pelo número de domicílios com FTTH disponível atingiu 28% da cobertura total no 1T19. Com o lançamento comercial em Lauro de Freitas (BA) neste trimestre, a TIM finalizou o 1T19 com 12 cidades em FTTH, sendo cinco delas capitais (Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Goiânia e Manaus).

A oferta de banda larga residencial através da rede móvel (WTTX), TIM Live Internet, foi lançada em 21 novas cidades neste trimestre, encerrando o período com 144 localidades disponíveis comercialmente. O desempenho positivo também foi observado na base de clientes do serviço, que cresceu 4x quando comparada ao mesmo período do ano anterior.

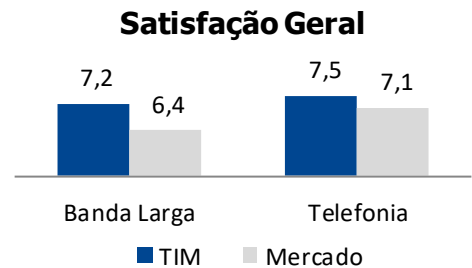


QUALIDADE E EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO

A companhia continua apresentando evolução nas principais métricas referentes à experiência do usuário, reforçando o seu compromisso com a qualidade da prestação dos serviços. Na **última Pesquisa de Satisfação e Qualidade Percebida divulgada pela Anatel em 2019, a TIM apresentou evolução positiva em todos os indicadores na móvel**, tanto no pós-pago quanto no pré-pago. No segmento pós-pago, reportou uma satisfação geral acima da percepção do mercado e, entre os principais players, liderou o indicador em 7 estados, com destaque para o RJ.

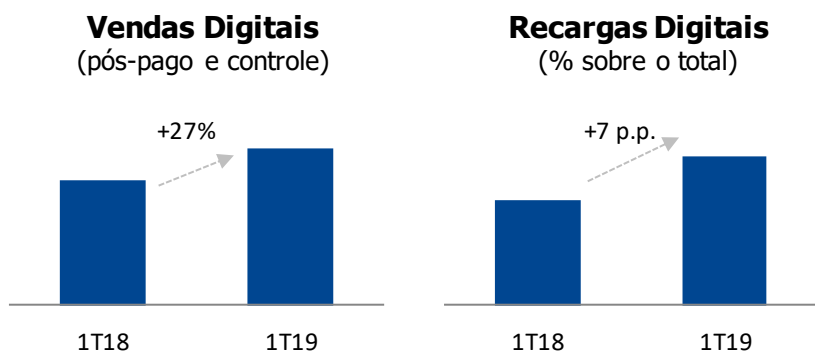


No segmento fixo, a **TIM manteve-se na liderança da satisfação geral dos serviços de banda larga** nos estados onde atua e apresentou uma percepção superior à média do mercado no total Brasil. Em telefonia, foi a operadora com melhor desempenho entre os grandes *players*, com destaque para os resultados regionais de SP e RJ.

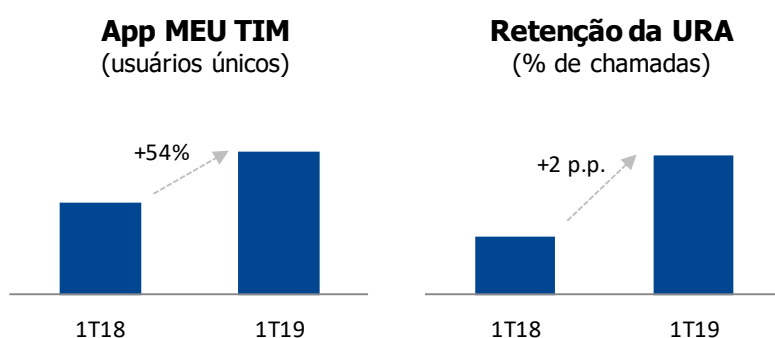


Como parte importante da estratégia da companhia, a nossa **transformação digital** visa atender as reais necessidades dos clientes e a otimização dos processos internos, a fim de oferecer uma experiência aprimorada para os nossos usuários. **Os resultados do 1T19 demonstram mais uma vez que a companhia vem obtendo sucesso em promover esta evolução.**

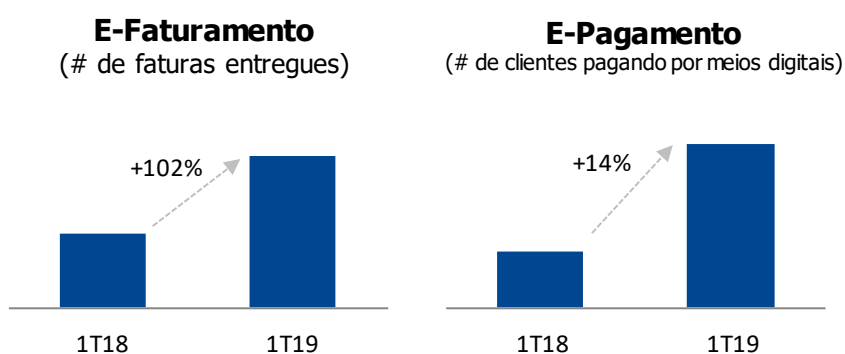
Os canais de vendas digitais, fator chave para a estratégia de *upselling* da TIM, avançaram no segmento pós-pago *consumer* 27% A/A no 1T19. Adicionalmente, as recargas digitais seguem aumentando a penetração no total de vendas, com crescimento de 7 p.p em 2019.



O app Meu TIM e modernização da URA são pilares fundamentais para a melhoria dos processos de *caring*. O total de usuários únicos do aplicativo móvel cresceu 54%, enquanto a retenção através da URA aumentou 2 p.p.



Nas etapas de faturamento e pagamento, as faturas entregues por meios digitais continuaram em ritmo acelerado de crescimento, dobrando na comparação com o mesmo período do ano anterior e atingindo uma penetração destes canais sobre o total superior a 57% no 1T19. Já o número de clientes realizando pagamento em canais digitais evoluiu 14% A/A.



EVOLUÇÃO DA REDE

Importante pilar estratégico do plano de negócios, o compromisso da TIM com a infraestrutura de rede está associado à expansão de nossos serviços e melhoria contínua da qualidade, para garantir aos nossos clientes a melhor experiência de uso.

Neste trimestre, aproximadamente 90% do Capex foi dedicado a projetos de infraestrutura (Rede + TI) e a utilização de ferramentas analíticas garantiu a alocação destes recursos de forma eficiente. Entre as iniciativas

mais importantes estão: a expansão da rede de fibra ótica (*backbone, backhaul* e FTTH), a densificação de *sites*, o *refarming* de frequência, a agregação de portadoras, bem como o avanço nos projetos de compartilhamento focado no 4G e na rede de transporte.

Em relação a ações e projetos focados na modernização, eficiência e/ou aprimoramento da nossa infraestrutura em andamento neste trimestre, destacamos:

- *Refarming* da frequência de 2,1 GHz para o 4G
- Projeto de virtualização de infraestrutura, que atingiu cerca de 42% das funções de rede no 1T
- Instalação de múltiplos data centers para melhorar experiência (22 ao final do 1T), sendo 11 DCC (Data Center Core) e 11 DCE (Data Center Edge);
- Ampliação do VoLTE, disponível para mais de 2.700 cidades

A TIM manteve sua liderança na cobertura com tecnologia 4G, encerrando o período com 3.295 cidades ou 93% da população urbana cobertos. O crescimento de 43% A/A nos elementos de rede desta tecnologia reforça o foco da companhia com a evolução da capacidade e qualidade da rede móvel. Neste sentido, o tráfego de dados no 4G atingiu 78% do total, uma alta de 15 p.p. na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Através do projeto TIM 4G no Campo, a TIM já cobre mais de 700mil hectares viabilizando a conectividade das fazendas e usinas de grandes clientes, conectando máquinas e pessoas através da faixa de 700 Mhz em sua rede 4G.

DESCRIÇÃO	1T19	1T18	%A/A	4T18	%T/T
Cidades 4G	3.295	3.110	5,9%	3.272	0,7%
das quais 700 Mhz habilitadas	1.471	975	50,9%	1.426	3,2%
das quais VoLTE habilitadas	2.710	1.445	87,5%	2.522	7,5%
População Urbana Coberta (4G)	93%	92%	1,4p.p.	93%	0,2p.p.
das quais 700 Mhz habilitadas	66%	32%	33,3p.p.	65%	0,9p.p.
das quais VoLTE habilitadas	82%	44%	38,1p.p.	76%	6,4p.p.
Cidades 3G	3.186	3.090	3,1%	3.169	0,5%
População Urbana Coberta (3G)	92%	90%	1,3p.p.	92%	0,2p.p.

A TIM encerrou o 1T19 com 18.955 sites, sendo 66% conectados através de *backhaul* de alta capacidade e **91,9 mil km de fibra ótica para *backbone e backhaul***, um avanço de 7,7% A/A.

O aumento da cobertura na banda larga fixa continua demonstrando evolução positiva, com 1,3 milhão de domicílios em FTTH, 3,5 milhões em FTTC, perfazendo um total de 4,5 milhões de domicílios em 15 cidades⁶.

O desenvolvimento da infraestrutura também está alinhado com os valores de responsabilidade social corporativa da Companhia. A TIM continua com o projeto de instalação de *Biosites*, uma solução para densificação da rede de acesso móvel (antenas/torres) com baixíssimo impacto visual. Além de contribuir para a harmonização com o meio ambiente e com a infraestrutura urbana – multifuncionalidade capaz de agregar além da transmissão de telecomunicações, iluminação e câmeras de segurança – essas estruturas são de menor custo e mais rápida instalação. **No 1T19, a TIM alcançou um total de 885 *Biosites* ativos.**

⁶ Rio de Janeiro (RJ), São Gonçalo (RJ), Nilópolis (RJ), Duque de Caxias (RJ), Nova Iguaçu (RJ), São João do Meriti (RJ), São Paulo (SP), Mauá (SP), Poá (SP), Suzano (SP), Salvador (BA), Lauro de Freitas (BA), Goiânia (GO), Aparecida de Goiânia (GO) e Manaus (AM).

Atualmente, a Companhia detém autorização de uso de mais de 110 MHz em espectro, sendo 36 MHz em frequências abaixo de 1 GHz, distribuídos da seguinte forma:

Média de Espectro Ponderada por População					
700 MHz	850 MHz	900 MHz	1.800 MHz	2.100 MHz	2.500 MHz
20	11	5	35	22	20

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Para acessar o relatório trimestral de atividades de Responsabilidade Social e Corporativa, favor acessar: www.tim.com.br/ri

AVISO LEGAL

As informações financeiras e operacionais consolidadas, divulgadas neste documento, exceto onde indicado de outra forma, são apresentadas segundo as normas internacionais de contabilidade IFRS (*International Financial Reporting Standards*) sem os efeitos do IFRS 15 e em Reais (R\$), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76. As comparações referem-se ao primeiro trimestre de 2018 (1T18) e ao acumulado do ano de 2019 (1T19), exceto quando indicado de outra forma.

Este documento pode conter declarações de caráter prospectivo. Essas declarações não são declarações de fatos históricos e refletem as crenças e expectativas da administração da Companhia. As palavras "antecipa", "acredita", "estima", "espera", "prevê", "planeja", "prediz", "projeta", "visa", bem como palavras similares, têm como intenção identificar essas declarações, que envolvem, necessariamente, riscos e incertezas conhecidos e desconhecidos, previstos ou não, pela Companhia. Portanto, os resultados operacionais futuros da Companhia poderão diferir das expectativas atuais e os leitores desta divulgação não devem basear suas considerações exclusivamente nas informações aqui fornecidas. Declarações prospectivas refletem apenas as opiniões na data em que são apresentadas e a Companhia não está obrigada a atualizá-las diante de novas informações ou desdobramentos futuros.

ANEXOS

Anexo 1: Indicadores Operacionais

Anexo 1
TIM PARTICIPAÇÕES S.A.
Indicadores Operacionais

DESCRIÇÃO	1T19	1T18	%A/A	4T18	%T/T
Base Móvel de Clientes ('000)	55.083	57.894	-4,9%	55.923	-1,5%
Pré-Pago	34.504	39.426	-12,5%	35.694	-3,3%
Pós-Pago	20.579	18.468	11,4%	20.229	1,7%
Base de Usuários 4G ('000)	35.580	29.546	20,4%	34.488	3,2%
Market share	24,1%	24,6%	-0,5p.p.	24,4%	-0,3p.p.
Pré-Pago	27,2%	27,1%	0,1p.p.	27,5%	-0,3p.p.
Pós-Pago	20,1%	20,4%	-0,3p.p.	20,3%	-0,2p.p.
Adições Brutas ('000)	5.626	6.140	-8,4%	6.083	-7,5%
Adições Líquidas ('000)	(840)	(740)	13,4%	(319)	163,3%
Churn Mensal (%)	3,9%	3,9%	-0,1p.p.	3,8%	0,1p.p.
ARPU Móvel (R\$)	22,8	21,7	5,3%	23,7	-4,0%
Pré-Pago	11,6	11,4	1,6%	12,0	-3,6%
Pós-Pago	38,2	40,0	-4,6%	39,9	-4,4%
SAC/Adições Brutas (R\$)	63	57	11,1%	53	18,8%
Base de Clientes de Telefonia Fixa ('000)	946	751	26,0%	897	5,5%
Base de Clientes TIM Live ('000)	486	411	18,3%	467	4,0%
ARPU TIM Live (R\$)	79,6	71,1	12,0%	80,2	-0,8%
Aparelhos Vendidos ('000)	246	265	-7,4%	284	-13,5%
Penetração de Smartphones (%)	85,7%	82,1%	3,6p.p.	85,0%	0,6p.p.
Colaboradores	9.411	9.681	-2,8%	9.661	-2,6%

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Em 31 de MARÇO

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.a Estrutura societária

A TIM Participações S.A. (“TIM Participações” e/ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. (“TIM Brasil”). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia e detinha, em 31 de março de 2019, 66,58% (66,58% em 31 de dezembro de 2018) do capital social da TIM Participações. A Companhia, em conjunto com sua controlada (“Grupo”), tem como principal objetivo exercer o controle de sociedades exploradoras de serviços de telecomunicações, incluindo telefonia móvel pessoal e outros, nas áreas de suas autorizações. Os serviços prestados pela controlada da TIM Participações são regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”).

As ações da Companhia são negociadas na B3 (anteriormente BM&F/Bovespa). Adicionalmente, a TIM Participações possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da *Securities and Exchange Commission* (“SEC”). Visando atender às boas práticas de mercado, a TIM Participações adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

Reorganização societária

Em 25 de julho de 2017, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, projeto de reorganização societária de suas controladas TIM Celular S.A e Intelig Telecomunicações Ltda. (“Intelig”), por meio da incorporação da TIM Celular pela Intelig. Em 6 de setembro de 2017, foi averbado o ato societário de transformação da Intelig para sociedade anônima de capital fechado e alteração de sua denominação social para TIM S.A.. Em 30 de setembro de 2018, a administração da Companhia havia obtido todas as aprovações e anuências necessárias junto à terceiros para proceder com a referida incorporação. Consequentemente, a administração da Companhia procedeu a incorporação em 31 de outubro de 2018 mediante acervo líquido contábil da entidade TIM Celular, no montante de R\$17.035.254 conforme laudo de avaliação emitido por peritos independentes. Ainda, como resultado dessa incorporação societária, o montante de R\$952.368 referente ao imposto de renda diferido ativo decorrente do prejuízo fiscal e base negativa da TIM S.A., foram reconhecidos em 30 de setembro de 2018 (nota 10).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As variações do patrimônio da TIM Celular entre a data do laudo e do ato societário de incorporação, foram transferidas, absorvidas e incorporadas ao resultado operacional da TIM S.A., conforme previsto no protocolo de incorporação. Como resultado da incorporação, todas as operações da TIM Celular foram transferidas para a TIM S.A., que a sucedeu em todos os seus bens, direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito.

Controlada direta – TIM S.A.

TIM S.A. (atual denominação de INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA. e sucessora por incorporação de TIM CELULAR S.A.).

A Companhia detém a totalidade das ações do capital da TIM S.A., sendo que esta controlada presta Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”) nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal (“SMP”) e o Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM”), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo manifestação em contrário.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As informações trimestrais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo.

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas informações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às informações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas informações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas informações trimestrais individuais são divulgadas em conjunto com as informações trimestrais consolidadas.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. A única exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão classificados integralmente no longo prazo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das informações trimestrais é o Real (R\$), que também é a moeda funcional de todas as empresas consolidadas nestas informações trimestrais.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas do Grupo e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados consolidados da TIM Participações. Essa estratégia contempla a otimização das operações de cada empresa do Grupo, assim como o aproveitamento das sinergias entre todas estas entidades. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que o Grupo representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Procedimentos de consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

É utilizado o método de contabilização de compra (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição, que ultrapassa o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se o custo

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 31 de março

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados.

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. As políticas contábeis da controlada foi ajustada para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela TIM Participações. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.

e. Aprovação das informações trimestrais

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 7 de maio de 2019.

f. Novas normas, alterações e interpretações de normas

- I Dentre as novas normas e/ou interpretações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as seguintes normas e/ou interpretações apresentaram impacto relevante nas informações trimestrais da Companhia:

IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (Leases)

Em julho de 2014, o IASB emitiu o IFRS 16, que substitui o IAS 17, sendo essa norma aplicável para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, e deliberado pela CVM em 21 de dezembro de 2017.

A nova norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam os ativos e passivos decorrentes dos contratos de arrendamento, exceto contratos de curto prazo, ou seja de 12 meses ou menos, ou contratos em que o ativo subjacente seja de baixo valor. Ainda, a nova norma prevê que o arrendatário deve aplicar este pronunciamento a seus arrendamentos de duas formas:

- (i) Retrospectivamente, a cada período anterior, apresentado de acordo com o IAS 8/CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro); ou
- (ii) Retrospectivamente, com efeito cumulativo da aplicação inicial deste pronunciamento, reconhecido como ajuste no saldo de abertura de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme apropriado) na data da aplicação inicial.

A Companhia decidiu adotar o IFRS16 (CPC 06 (R2) de forma retrospectiva, com efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido na data da aplicação inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2019. Adicionalmente, a Companhia decidiu aplicar determinados expedientes práticos permitidos na adoção inicial da norma, tais como, (i) não reavaliação de contratos de arrendamento mercantil financeiro anteriormente reconhecidos de acordo com o CPC 06 (IAS 17) e a ICPC 03 (IFRIC 4); (ii) exclusão de contratos de arrendamentos com vencimento nos próximos doze meses, sem provável intenção de renovação pela Companhia; (iii) não aplicação dessa nova norma a contratos que não foram anteriormente identificados como contendo arrendamento, utilizando o CPC 06 (IAS 17) e a ICPC 03 (IFRIC 4); e (iv) aplicação de taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente em ambiente econômico similar).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 31 de março

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária, sendo que atualmente parte desses contratos são reconhecidos como arrendamentos operacionais, sendo os pagamentos contabilizados de forma linear ao longo do prazo do contrato. A Companhia conclui o estudo dos impactos dessa nova norma nas informações trimestrais da Companhia, que incluiu: (i) uma estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; (ii) revisão detalhada da natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes a indústria de telecomunicações; (iii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto, que foi baseada na taxa incremental de juros para o período do contrato; dentre outras. Ainda, pela relevância dos contratos de arrendamento de infraestrutura, especificamente, Torres de Transmissão, a Companhia decidiu reconhecer separadamente os componentes de arrendamento e não arrendamento para essa classe de ativo.

O aumento do passivo de arrendamento devido ao reconhecimento do direito de uso dos ativos resulta em um aumento na dívida líquida da Companhia, sendo a depreciação e os juros reconhecidos na demonstração do resultado como uma substituição das despesas de arrendamento operacional ("aluguel").

Em relação aos aspectos qualitativos, as principais transações que deverão ser impactadas por essa nova norma incluem: aluguel de veículos, aluguel de lojas e quiosques em shopping centers, aluguel de site, terrenos e compartilhamento de infraestrutura.

A tabela abaixo apresenta os principais efeitos da adoção da norma IFRS16/CPC06 (R2), nos saldos de abertura em 1º. de janeiro de 2019.

	Consolidado		
	Originalmente reportado	Ajustes	Saldos com IFRS 16
	1º. de janeiro de 2019		1º. de janeiro de 2019
Ativo	31.957.889	5.256.114	37.214.003
Circulante	5.998.126	(8.742)	5.989.384
Contas a receber de clientes	2.838.808	-	2.838.808
Estoques	183.059	-	183.059
Despesas antecipadas	272.060	(8.742)	263.318
Outros ativos	2.704.199		2.704.199
Não Circulante	25.959.763	5.264.856	31.224.619
Realizável a longo prazo	4.074.137	(471)	4.073.666
Contas a receber de clientes	130.308		130.308
Despesas antecipadas	74.381	(471)	73.910
Outros ativos	3.869.448		3.869.448
Imobilizado	11.203.622	5.265.327	16.468.949
Intangível	10.682.004		10.682.004

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Passivo e do Patrimônio Líquido	31.957.889	5.256.114	37.214.003
Total do Passivo	12.163.052	5.256.114	17.419.166
Circulante	7.075.379	785.065	7.860.444
Arrendamento mercantil financeiro	205.048	785.065	990.113
Outros passivos	6.870.331		6.870.331
Não Circulante	5.087.673	4.471.049	9.558.722
Arrendamento mercantil financeiro	964.289	4.471.049	5.435.338
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-		-
Outros passivos	4.123.384		4.123.384
Patrimônio Líquido	19.794.837	-	19.794.837
Capital social	9.866.298		9.866.298
Reservas de lucros	9.928.539		9.928.539

Durante o primeiro trimestre de 2019, a aplicação das novas normas contábeis geraram os seguintes impactos no resultado:

	Consolidado		
	Saldos sem IFRS 16	Ajustes	Saldos com IFRS 16
Receita líquida de serviços	4.024.417	-	4.024.417
Receita líquida de produtos	166.409	-	166.409
Receita líquida	4.190.826	-	4.190.826
Custos dos produtos serviços prestados e mercadorias vendidas (d)	(1.130.809)	262.399	(868.410)
	3.060.017	262.399	3.322.416
	(1.564.741)	25.190	(1.539.551)
Receitas (despesas) operacionais			
Comercialização (e)	(1.233.875)	12.973	(1.220.902)
Gerais e administrativas (f)	(228.470)	12.217	(216.253)
Outras receitas (despesas), líquidas	(102.396)	-	(102.396)
	1.495.276	287.589	1.782.865
Depreciação e amortização (g)	(1.037.082)	(297.128)	(1.334.210)
Receitas (despesas) financeiras	(121.221)	(141.327)	(262.548)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	336.973	(150.866)	186.107
Imposto de renda e contribuição social (h)	(117.368)	51.295	(66.073)
Lucro líquido do período	219.605	(99.571)	120.034

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os principais ajustes decorrentes na nova norma incluem:

- (a) Reclassificação do contrato de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas, anteriormente classificados como despesas antecipadas (nota 11) para o ativo imobilizado – Direito de uso em arrendamento;
- (b) Reconhecimento do ativo - Direito de uso em arrendamento dos aluguéis elegíveis à nova norma;
- (c) Aumento da dívida líquida da Companhia em função da adoção da norma;
- (d) Arrendamento mercantil - Infraestrutura (rede, terrenos e fibra óptica);
- (e) Arrendamento mercantil - Lojas & Quiosques e veículo;
- (f) Arrendamento mercantil - Imóveis administrativos e veículos;
- (g) Reconhecimento da depreciação dos ativos mencionados acima;
- (h) Reflexo tributário sobre os ajustes da nova norma.

II Dentre as novas normas e/ou interpretações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, as seguintes normas e/ou interpretações apresentaram impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia:

- **IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros (*financial instruments*)** - Quanto a redução ao valor recuperável, a nova norma traz o conceito do reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada, no qual as entidades devem reconhecer uma provisão para perdas esperadas em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado. O impacto da adoção do novo modelo de cálculo para redução ao valor recuperável dos ativos financeiros resultou em um acréscimo de aproximadamente R\$ 130 milhões nas provisões para créditos de liquidação duvidosa em 1º de janeiro de 2018, registrados em contrapartida a conta de “reserva de lucros”, conforme apresentado na tabela abaixo.
- **IFRS 15 / CPC 47 – Receita de contrato com cliente (*Revenue from Contracts with Customers*)** – Como da aplicação dessa norma, a Companhia reconheceu em 1º de janeiro de 2018 um aumento na rubrica “reserva de lucros” no montante de R\$ 36 milhões, antes dos tributos diferidos, basicamente em decorrência da capitalização dos custos incrementais para obtenção de contrato e reconhecimento dos ativos e/ou passivos contratuais em virtude da alocação do desconto entre as obrigações de desempenho na venda de planos que tenham serviço mais equipamento/aparelho com cliente.

Nota: Maiores detalhes sobre a adoção das normas acima estão divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2018, emitidas em 19 de fevereiro de 2019.

Além do divulgado acima, a administração da Companhia com base em estudo realizado sobre a aplicação das novas normas contábeis, entende que não há outras normas e/ou interpretações de normas vigentes a partir de 01 de janeiro de 2019, com algum impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data-base das informações trimestrais.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e/ou o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do plano de negócios da Companhia. Por se tratar de um *business* contínuo, a partir do quinto ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa.

Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das informações trimestrais ou investimentos futuros significativos que possa melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de *impairment*.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas.

Em 31 de março de 2019, com base nas análises de sensibilidade das principais premissas utilizadas, não foram identificadas variações que razoavelmente pudessem ocorrer de modo a gerar uma possível provisão por *impairment*.

Os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia (nota 15).

(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro (nota 10).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(c) *Provisão para processos judiciais e administrativos*

Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 24).

(d) *Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros*

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 37).

(e) *Receitas de tráfego não faturadas – “unbilled revenues”*

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 27).

(f) *Arrendamento mercantil*

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária, sendo que com a adoção da norma contábil do IFRS 16 / CPC 06(R2) – Arrendamento mercantil, conforme divulgado na Nota 2.f., determinados julgamentos foram exercidos pela administração da Companhia na mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, tais como: (i) estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto, que foi baseada na taxa incremental de juros para o período do contrato; dentre outras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	Controladora		Consolidado	
	03/2019	12/2018	03/2019	12/2018
Caixa e bancos	79	167	44.969	93.960
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:				
CDB/Compromissadas	-	-	870.081	981.570
	<u>79</u>	<u>167</u>	<u>915.050</u>	<u>1.075.530</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDB’s e Operações Compromissadas é de 100,58% (100,27% em 31 de dezembro de 2018) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Títulos e Valores mobiliários

	Consolidado	
	03/2019	12/2018
FUNCINE (3)	5.310	5.229
Fundo Soberano (4)	3.582	14.472
FIC: (1)		
Títulos Públicos	208.527	292.708
Operações compromissadas (2)	307.205	289.352
Letra Financeira	107.413	96.868
Outros	126.029	91.441
	758.067	790.070
Parcela circulante	(752.757)	(784.841)
Parcela não circulante	5.310	5.229

(¹) Em agosto de 2017, a Companhia investiu em FIC’s abertos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos e papéis de instituições financeiras de primeira linha. A remuneração média em 2018 dos FIC’s foi de 100,81% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. A remuneração média em 2019 dos FIC’s foi de 102,49% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI

(²) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco em até um dia e com taxas predeterminadas. Essas operações compromissadas são lastreadas por títulos públicos federais e são utilizadas pelo fundo com o objetivo de remunerar o capital disponível em caixa.

(³) Em dezembro de 2017, a Companhia, com o objetivo de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda e contribuição social, investiu no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE) no valor de R\$ 3 milhões. Em 2018, a Companhia optou por realizar novos investimentos nos meses de outubro e dezembro no FUNCINE, totalizando R\$ 2,4 milhões.

(⁴) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 31 de março

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Conta a receber de clientes

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços ("unbilled"). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perdas de créditos esperada ("impairment").

A provisão para perdas de créditos esperada foram reconhecidas como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

O valor justo das contas a receber de clientes é igual ao valor contábil registrado em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018. Parte das contas a receber de clientes garante o montante total das dívidas junto ao BNDES (Nota 20).

	Consolidado	
	03/2019	12/2018
Contas a receber de clientes	3.133.950	2.969.116
Contas a receber bruta	3.838.920	3.656.044
Serviços faturados	1.911.857	1.733.229
Serviços a faturar ("unbilled")	819.037	774.484
Uso de rede	446.469	455.228
Venda de mercadorias	660.011	691.312
Outras contas a receber	1.546	1.791
Perdas por crédito de liquidação esperada	(704.970)	(686.928)
Parcela circulante	(3.029.490)	(2.838.808)
Parcela não circulante	104.460	130.308

A parcela não circulante inclui o valor de R\$103 milhões referente as contas a receber com outras operadoras de telefonia, registrada pelo seu valor presente considerando prazo e taxa de juros implícita na operação.

A movimentação das perdas por créditos de liquidação esperada, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	<u>03/2019</u>	<u>Consolidado 12/2018</u>
Saldo inicial	686.928	464.745
Constituição de provisão	172.610	544.881
Impacto pela adoção do IFRS 9 / CPC	-	130.137
Baixas de Provisão	(154.568)	(452.835)
Saldo Final	<u>704.970</u>	<u>686.928</u>

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	<u>03/2019</u>	<u>Consolidado 12/2018</u>
Total	<u>3.838.920</u>	<u>3.656.044</u>
A vencer	2.553.737	2.459.315
Vencidos até 30 dias	326.328	308.744
Vencidos até 60 dias	156.838	144.309
Vencidos até 90 dias	138.571	117.759
Vencidos a mais de 90 dias	663.446	625.917

7. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	<u>03/2019</u>	<u>Consolidado 12/2018</u>
Total Estoques	<u>214.628</u>	<u>183.059</u>
Estoques	222.094	189.826
Aparelhos celulares e tablets	171.245	145.819
Acessórios e cartões pré-pagos	40.851	33.621
TIM chips	9.998	10.386
Perdas para ajuste ao valor de realização	(7.466)	(6.767)

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar

	Consolidado	
	03/2019	12/2018
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	1.185.079	1.192.765
ICMS	1.143.733	1.152.741
Outros	41.346	40.024
Parcela circulante	(281.325)	(280.254)
Parcela não circulante	903.754	912.511

Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente (i) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses) e (ii) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips*, *tablets* e *modems* comercializados pela TIM.

9. Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	03/2019	12/2018	03/2019	12/2018
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	17.387	45.278	834.723	905.521
Imposto de renda e contribuição social (i)	-	-	402.355	414.408
PIS / COFINS (ii)	-	-	391.346	384.093
Outros	17.387	45.278	41.022	107.020
Parcela circulante	(17.387)	(45.278)	(273.398)	(347.505)
Parcela não circulante	-	-	561.325	558.016

i) Os valores de imposto de renda e contribuição social estão substancialmente relacionados com: (a) antecipações realizadas ao longo do período cuja utilização é esperada para o exercício de 2019; e (b) outros créditos de imposto de renda e contribuição social de anos anteriores, cujo atual prazo estimado para utilização é posterior a 12 meses.

(ii) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se aos créditos oriundos de processo judicial de titularidade da TIM Nordeste S.A. (incorporada em último nível pela TIM S.A.) com decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS para o período de 2002 a 2009.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inconstitucionalidade da inclusão do montante apurado de ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS. A

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

TIM Participações, através de sua controlada TIM S.A. (anterior denominação da Intelig Telecomunicações Ltda., na condição de incorporadora da Tim Celular S.A. e demais entidades existentes no Grupo no passado, titulares de processos de mesma natureza), discute este tema judicialmente desde, respectivamente, 2007 e 2006, retroagindo, conforme lhes é permitido, tais efeitos em 5 anos – 2002 e 2001. Desde o posicionamento favorável aos contribuintes emanado pelo STF, a Companhia, sustentada pela opinião de seus consultores jurídicos, não mais inclui o ICMS na base de cálculo das contribuições previdenciárias do PIS e da COFINS a partir de abril de 2017.

Os processos da Controlada já receberam decisões favoráveis em Segunda Instância Judicial, alinhando o entendimento dos tribunais inferiores com o que foi definido pelo STF, tanto que os recursos apresentados pela Fazenda Nacional vêm sendo negados, pelos mesmos argumentos. Mesmo com a processual existência de pedido de Modulação de efeitos realizada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a Companhia entende, corroborada por seus assessores jurídicos que a decisão não afetará qualquer direito pleiteado nas ações judiciais propostas.

A Companhia está realizando o levantamento dos valores que fará jus ao final dos processos, após seu trânsito em julgado e os devidos reconhecimentos procedimentais, e este aponta créditos totais da ordem estimada de R\$ 3.296 milhões, sendo R\$ 1.863 milhões de principal e R\$ 1.434 milhões de atualização monetária. Adicionalmente a esse potencial crédito tributário, em novembro de 2018, em virtude do trânsito em julgado, a Companhia registrou o montante de R\$ 353 milhões, sendo 159 milhões de principal e R\$ 194 milhões de atualização monetária.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, e aprovadas pelos demais órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os impostos diferidos também consideram os incentivos fiscais apresentados na nota 25. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	03/2019	12/2018	03/2019	12/2018
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social	-	-	850.071	896.100
Diferenças temporárias:				
Provisão para processos judiciais e administrativos	17.802	3.345	284.471	293.349
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	-	249.823	244.428
Ajuste a valor presente - licença 3G	-	-	8.638	9.124
Imposto de renda diferido sobre ajustes contábeis	53.569	53.569	57.870	58.268
Aluguel Infraestrutura LT Amazonas	-	-	26.079	24.978
Provisão para participação dos empregados	861	624	31.881	22.181
Tributos com exigibilidade suspensa	-	-	12.872	12.872
Ágio amortizado - TIM Fiber	-	-	(370.494)	(370.494)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(21.608)	(22.551)
Juros capitalizados 4G	-	-	(306.440)	(301.525)
Custo atribuído - TIM S.A.	-	-	(78.865)	(82.042)
Outros	-	-	131.582	74.821
	<u>72.232</u>	<u>57.538</u>	<u>875.880</u>	<u>859.509</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, ainda não reconhecidos	(72.232)	(57.538)	(72.232)	(57.538)
	-	-	803.648	801.971
Parcela imposto ativo diferido	-	-	803.648	801.971
Parcela imposto passivo diferido	-	-	-	-

TIM S.A

Conforme comunicado previamente ao mercado, a TIM S.A. (denominação atual da Intelig Telecomunicações Ltda.) procedeu com a incorporação da TIM Celular S.A. em 31 de outubro de 2018, tendo como objetivo central reduzir os custos operacionais das Sociedades envolvidas, propiciando sinergias e permitindo uma melhor consecução do objeto social de ambas as sociedades. Desta forma, após a incorporação está prevista também a possibilidade de aproveitamento dos créditos fiscais referentes ao prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro da TIM S.A. tendo em vista que esta, consolidando os resultados com a TIM Celular após a citada incorporação, possui projeção de lucro tributável suficiente para a utilização dos referidos créditos diferidos.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia registrou a totalidade do ativo fiscal diferido no montante de R\$ 952.368 decorrente dos valores que detém direito de utilização como prejuízo fiscal (R\$702.619) e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro (R\$ 249.749) uma vez que todos os fatores necessários a incorporação estavam sob o controle da Administração, tais como: (i) estudo de viabilidade referente ao aproveitamento do benefício fiscal foi finalizado, aprovado pelos órgãos de governança da Companhia, conforme determinado pela CVM 371/02; (ii) definição do cronograma da efetiva reestruturação societária mediante o ato de incorporação; (iii) obtenção das aprovações e/ou anuências de terceiros (ANATEL e BNDES); dentre outras.

Expectativa de recuperação de créditos tributários

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis no encerramento do 1o. trimestre de 2019.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

	Imposto de renda e contribuição social diferidos
2019	102.835
2020	189.756
2021	267.496
2022 em diante	289.985
Prejuízos fiscais e base negativa	850.072
Diferenças temporárias	(46.424)
Total	803.648

A controlada com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A controlada utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$46.028 durante o exercício período em 31 de março de 2019 (R\$52.126 em 31 de março de 2018).

Créditos tributários diferidos ainda não reconhecidos

Considerando que a TIM Participações S.A. não possui atividades que possam gerar base tributável de imposto de renda e contribuição social, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativas de contribuição social e diferenças temporárias, totalizando R\$138.939 em 31 de março de 2019 (R\$107.092 em 31 de dezembro de 2018).

11. Despesas antecipadas

	03/2019	Consolidado 12/2018
	971.787	346.441
Fistel (1)	610.881	-
Propagandas não veiculadas (2)	101.014	76.651
Aluguéis e seguros	79.665	78.005
Swap de rede (3)	-	11.449
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (4)	167.844	173.056
Outros	12.383	7.280
Parcela circulante	(899.420)	(272.060)
Parcela não circulante	72.367	74.381

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 31 de março

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(i) A taxa Fistel, paga em março de 2019, refere-se ao exercício de 2019 e está sendo apropriada mensalmente ao resultado do período a proporção de 1/12 avos.

(ii) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.

(iii) Em 1º de abril de 2010, a controlada TIM S.A e a GVT firmaram contrato de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (swap de rede), visando expandir suas respectivas áreas de atuação. Considerando a substância econômica da transação, o valor foi registrado na conta de despesas antecipadas (circulante e não circulante) e na rubrica de receitas diferidas (circulante e não circulante) e que serão realizados pelo período do contrato. O referido contrato enquadra-se no escopo do IFRS 16/CPC 06 (02), portanto, foi reclassificado para a rubrica direito de uso em arrendamento no ativo imobilizado, conforme apresentado na Nota 2.f.

(iv) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/CPC47, os quais são amortizados ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico, usualmente de 2 anos. O saldo reclassificado da rubrica "intangível" em 1º de janeiro de 2018 foi de R\$128.760.

12. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente:

	Controladora		Consolidado	
	03/2019	12/2018	03/2019	12/2018
	105.218	131.270	1.296.828	1.345.113
Cível	4.464	4.546	330.531	334.028
Trabalhista	69.842	106.335	434.932	492.000
Tributário	1.780	1.763	291.967	299.310
Regulatório	-	-	111	111
Penhora Online (*)	29.132	18.626	239.287	219.664

(*) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais

Cível

Tratam-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Existem alguns processos com matérias diferenciadas, em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas de transmissão, viabilizando a implementação da tecnologia 4G. Neste caso, o valor depositado atualizado em juízo em discussão é de R\$ 67.380 (R\$66.700 em 31 de dezembro de 2018).

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 31 de março

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuadas e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

Tributário

A Companhia e sua controlada possuem depósitos judiciais, relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

- (i) Acréscimo de 2% de alíquota do ICMS em razão do Fundo de Erradicação da Pobreza (FECP) no Estado da Bahia relativamente aos serviços de telefonia pré-paga prestados pela Companhia. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 96.105 (R\$ 95.322 em 31 de dezembro de 2018).
- (ii) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 71.596 (R\$ 74.358 em 31 de dezembro de 2018).
- (iii) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da Companhia; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 10.108 (R\$ 10.026 em 31 de dezembro de 2017).
- (iv) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 16.907 (R\$ 16.719 em 31 de dezembro de 2017).
- (v) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 10.947 (R\$ 10.868 em 31 de dezembro de 2018).
- (vi) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de Co-billing e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 7.590 (R\$ 7.519 em 31 de dezembro de 2018).
- (vii) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação,

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 31 de março

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 3.407 (R\$ 4.793 em 31 de dezembro de 2018).

- (viii) Exigência pela ANATEL do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 3.403 (R\$ 3.380 em 31 de dezembro de 2018).
- (ix) Depósito realizado pela TIM S.A - Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 56.569 (R\$ 56.088 em 31 de dezembro de 2018).

13. Investimento - Controladora

A participação societária em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial somente nas demonstrações financeiras individuais.

(a) Participação em empresa controlada:

	Consolidado	
	03/2019	12/2018
	TIM S.A	TIM S.A
Quantidade de ações detidas	42.296.789.606	42.296.789.606
Participação no capital total	100%	100%
Patrimônio líquido	19.742.882	19.526.515
Lucro líquido do período	213.721	2.672.647
Resultado de equivalência patrimonial	213.721	2.672.647
Valor do investimento	19.742.882	19.526.515

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(b) Mutação do investimento em empresas controladas:

	<u>TIM Celular</u>	<u>TIM S.A.</u>	<u>Total</u>
Saldo do investimento em 31 dezembro 2017	16.724.656	1.231.926	17.956.582
Resultado de equivalência patrimonial	-	2.672.647	2.672.647
Efeito incorporação da TIM Celular	(16.724.656)	16.724.656	-
Opções de compra de ações	-	3.170	3.170
Complemento de aposentadoria	-	(142)	(142)
Juros sobre capital próprio	-	(953.795)	(953.795)
Dividendos complementares	-	(89.828)	(89.828)
Impacto da adoção inicial das novas normas contábeis		(62.119)	(62.119)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2018	-	19.526.515	19.526.515
Resultado de equivalência patrimonial	-	213.721	213.721
Opções de compra de ações	-	2.646	2.646
Saldo do investimento em 31 de março de 2019	-	19.742.882	19.742.882

14. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para futura desmobilização de ativos", o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Movimentação do imobilizado

	Consolidado					Saldo em mar/19
	Saldo em dez/18	Adoção do IFRS 16 / CPC 06(R2)	Adições	Baixas	Transferências	
Total do Custo do Imobilizado Bruto	33.832.803	5.256.114	595.947	(441.110)	9.214	39.252.968
Equipamentos de comutação /	20.806.249	-	162	(112.400)	540.452	21.234.463
Cabos de fibra ótica	762.175	-	-	-	27.769	789.944
Aparelhos em comodato	2.313.945	-	(66)	(5.746)	47.275	2.355.408
Infraestrutura (a)	6.133.810	-	-	(317.292)	73.892	5.890.410
Bens de informática	1.679.328	-	-	(6.347)	9.945	1.682.926
Bens de uso geral	796.839	-	-	(183)	13.527	810.183
Direito de uso em arrendamento (b) (Nota 2.f)	-	5.256.114	135.839	-	9.214	5.401.167
Terrenos	40.794	-	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.299.663	-	460.012	858	(712.860)	1.047.673
						-
Total Depreciação Acumulada	(22.629.181)	-	(873.104)	120.601	-	(23.381.684)
Equipamentos de comutação /	(14.936.069)	-	(387.808)	110.884	-	(15.212.993)
Cabos de fibra ótica	(345.532)	-	(17.067)	-	-	(362.599)
Aparelhos em comodato	(2.132.227)	-	(30.519)	1.974	-	(2.160.772)
Infraestrutura	(3.157.890)	-	(112.441)	1.213	-	(3.269.118)
Bens de informática	(1.512.114)	-	(16.779)	6.347	-	(1.522.546)
Bens de uso geral	(545.349)	-	(11.362)	183	-	(556.528)
Direito de uso em arrendamento	-	-	(297.128)	-	-	(297.128)
Total Imobilizado líquido	11.203.622	5.256.114	(277.157)	(320.509)	9.214	15.871.284
Equipamentos de comutação /	5.870.180	-	(387.646)	(1.516)	540.452	6.021.470
Cabos de fibra ótica	416.643	-	(17.067)	-	27.769	427.345
Aparelhos em comodato	181.718	-	(30.585)	(3.772)	47.275	194.636
Infraestrutura (a)	2.975.920	-	(112.441)	(316.079)	73.892	2.621.292
Bens de informática	167.214	-	(16.779)	-	9.945	160.380
Bens de uso geral	251.490	-	(11.362)	-	13.527	253.655
Direito de uso em arrendamento (nota 2f)	-	5.256.114	(161.289)	-	9.214	5.104.039
Terrenos	40.794	-	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.299.663	-	460.012	858	(712.860)	1.047.673

(a) Em 2019, o arrendamento mercantil “Venda de Torres (*leaseback*)” teve seu valor remensurado para melhor alinhamento com a metodologia da nova regra IFRS16, retirando a componente de inflação projetada sobre os recebimentos futuros, no montante de R\$ 315.976.

(b) Representado pelos contratos de aluguel de ativos identificáveis, enquadrados na nova regra do IFRS16 / CPC 06 (R2). Basicamente: arrendamento infraestrutura de rede, arrendamento de veículos, arrendamento de lojas e arrendamento de imóveis, conforme abaixo:

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Consolidado						
	Arrendamento mercantil - rede	Arrendamento mercantil - veículos	Arrendamento mercantil - Lojas & Quiosques e imóveis	Arrendamento mercantil - Terrenos (Rede)	Arrendamento mercantil - Fibra	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018	2.625.145	6.792	375.286	1.540.685	717.418	5.265.327
Adições no período	32.538	3.233	52.525	10.267	37.276	135.840
Depreciação	(116.069)	(1.457)	(28.621)	(68.092)	(82.888)	(297.128)
Saldos em 31 de março de 2019	2.541.614	8.568	399.191	1.482.860	671.806	5.104.039
Vida útil - %	17,91	82,64	33,33	18,03	47,96	

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

(b) Taxas de depreciação

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	8 a 14,29
Cabos de fibra ótica	4 a 10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	10 a 20
Bens de uso geral	10 a 20
Direito de uso em arrendamento	8 a 83

Em 2018, em conformidade com o IAS 16 (CPC 27), aprovado por Deliberação da CVM, a Companhia e suas subsidiárias realizaram avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluíram que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. A determinação da vida útil dos ativos leva em consideração não só o tipo de ativo, mas também seu regime de utilização e as condições às quais este ativo é submetido durante seu uso.

15. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas, (ii) lista de clientes, (iii) ágio na aquisição de empresas e (iv) custos com comissões à representantes comerciais para obtenção de um novo cliente.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços, e no caso do custo

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 31 de março

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

com comissões pelo período do contrato, conforme mencionado na nota (f) abaixo. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como *software*, ágio e outros são demonstrados como segue:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Movimentação do intangível

Consolidado						
	Saldo em dez/18	Adições/ Amortização	Transferências	Baixas	Juros capitalizados	Saldo em mar/19
Total Custo do Intangível Bruto	29.366.779	197.834	-	(28.874)	25.511	29.561.250
Direito de uso de softwares	17.142.641	-	-	289.437	-	17.432.078
Autorizações	7.638.970	6.319	-	633.644	-	8.278.933
Ágio	1.527.219	-	-	-	-	1.527.219
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	198.202	-	-	(28.874)	-	169.328
Outros ativos	307.654	-	-	192	-	307.846
Ativos intangíveis em desenvolvimento	2.552.093	191.515	-	(923.273)	25.511	1.845.846
Total Amortização	(18.684.775)	(471.109)	-	-	-	(19.155.884)
Direito de uso de softwares	(13.681.086)	(353.149)	-	-	-	(14.034.235)
Autorizações	(4.845.642)	(109.944)	-	-	-	(4.955.586)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(52.441)	(1.940)	-	-	-	(54.381)
Outros ativos	(105.606)	(6.076)	-	-	-	(111.682)
Total Intangível Líquido	10.682.004	(273.275)	-	(28.874)	25.511	10.405.366
Direito de uso de softwares (c)	3.461.555	(353.149)	-	289.437	-	3.397.843
Autorizações	2.793.328	(103.625)	-	633.644	-	3.323.347
Ágio (d)	1.527.219	-	-	-	-	1.527.219
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	145.761	(1.940)	-	(28.874)	-	114.947
Outros ativos	202.048	(6.076)	-	192	-	196.164
Ativos intangíveis em desenvolvimento (f)	2.552.093	191.515	-	(923.273)	25.511	1.845.846

Em 2019, a rubrica “Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas”, teve seu valor remensurado para melhor alinhamento com a metodologia da nova regra IFRS16, retirando a componente de inflação projetada sobre os recebimentos futuros, no montante de R\$ 28.874.

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com aquisição de autorizações 4G e/ou outros ativos intangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens. Inclusive, esses ativos intangíveis em desenvolvimento foram avaliados para fins de *impairment* em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não sendo necessário nenhum ajuste.

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de <i>softwares</i>	20
Autorizações	5 a 50
Custos com comissões à representantes comerciais diferidas	50
Lista de clientes	18
Direito de uso de infraestrutura	5
Outros ativos	7 a 10

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados em anos anteriores

A Companhia e sua controlada possui os seguintes ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Ágio aquisição TIM S.A. – O ágio decorrente da aquisição da TIM S.A. (anteriormente “Intelig”) em dezembro de 2009 no montante de R\$210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da controlada. Sua recuperabilidade é analisada anualmente, através do teste de *impairment*.

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A controlada adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – “TIM Fiber SP”) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – “TIM Fiber RJ”). Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente.

TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas à controlada S.A. em 29 de agosto de 2012.

A controlada registrou ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R\$1.159.648.

Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste – A Companhia adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R\$157.556.

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios envolvendo as empresas do Grupo TIM, sendo que a metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de *impairment* dos ágios acima mencionados está sumariada a seguir:

A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange o negócio a nível consolidado, e portanto, a avaliação está no nível da TIM Participações. Essa metodologia está alinhada com o direcionamento estratégico da Companhia e sua controlada.

Consequentemente, o teste de *impairment* destes ágios utilizou esta UGC (TIM Participações) e a metodologia do valor em uso, estando as principais premissas utilizadas no teste de *impairment*, sumariadas a seguir:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 31 de março

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- Diminuição da base de clientes do pré-pago progressivamente e de acordo com a tendência histórica e do plano industrial, sendo combatida por uma maior agressividade no pós-pago, alinhados com o plano de negócios da Companhia, preparado para 3 anos e extrapolado por mais 2 anos, momento no qual ocorre a estabilização do fluxo de caixa e pode se projetar o crescimento por perpetuidade;
- Projeção dos custos de operação e manutenção considerando alteração da base de clientes, eventuais ganhos de escala e efeitos de inflação. A taxa de inflação esperada pela Companhia é de 3,97% a.a. em média e encontra-se alinhada com as projeções preparadas por instituições representativas do mercado;
- Por tratar-se de um business sem expectativa de término, a partir do quinto ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa de 2,5% a.a.;
- A taxa de desconto para os fluxos de caixa projetados foi de 10,70% a.a. A taxa de desconto equivalente para o mesmo valor em uso sem o efeito de fluxo de pagamento de impostos sobre a renda, é de 14,77%.

Em 31 de março de 2019, a Companhia não identificou quaisquer indicadores de *impairment* e, portanto, não havendo necessidade de revisão do teste de *impairment* no período.

(e) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A controlada assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadram-se no escopo do ICPC 3 (IFRIC 4) e são classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a controlada assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais (nota 16).

(f) Leilão e pagamento de Licença 4G em 700 Mhz

A rubrica ativos intangíveis em desenvolvimento está representada substancialmente pelos custos de desenvolvimento da tecnologia 4G, que inclui: (i) valores pagos para obtenção das autorizações da Licença 4G; (ii) custos de limpeza de frequência da faixa de 700 MHz; e (iii) custos financeiros capitalizados sobre ativos qualificáveis, conforme detalhado a seguir:

- (i) Em 30 de setembro de 2014, a controlada adquiriu o Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R\$1.739 milhões. Em dezembro de 2014, a Companhia efetuou o pagamento de R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$61 milhões como dívida, conforme previsto no edital.

A controlada está contestando este saldo remanescente perante a ANATEL e sobre o mesmo incorrem juros de 1% a.m. e indexados ao IGP-DI, sendo tais montantes capitalizados pela Companhia. O impacto no período findo em 31 de março de 2019 foi de R\$1.032 (R\$1.621 em 31 de março de 2018) de juros e R\$-539 (R\$1.647 em 31 de março de 2018) de correção monetária sobre o saldo.

- (ii) Adicionalmente, conforme definido no edital, a Companhia assumiu os custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHz adquirida. O valor nominal devido pela Companhia

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

para a limpeza relacionada ao lote adquirido foi de R\$904 milhões. A Companhia também obteve um custo adicional referente a parcela não arrematada no leilão e subsequentemente dividido pela ANATEL entre as operadoras vencedoras do leilão de R\$295 milhões, totalizando R\$1.199 milhões.

Para a realização das atividades de limpeza do espectro, a TIM junto com as outras empresas vencedoras do leilão, constituíram em março de 2015, uma Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV, denominada "EAD". Entre 2015 e 2018, a TIM, assim como outras empresas vencedoras do leilão, desembolsaram valores de acordo com cronograma definido no edital, para assumir, por meio da EAD, os custos dessas atividades de limpeza. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R\$1.199 milhões foi reduzido em R\$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP").

A Companhia efetuou os pagamentos em 9 de abril de 2015, 26 de janeiro de 2017 e 16 de janeiro de 2018, nos montantes de R\$ 370.379, R\$ 858.991 e R\$ 142.862, respectivamente.

A licença acima mencionada enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, são capitalizados pela taxa média de 7,59% ao ano dos empréstimos e financiamentos vigentes durante o período. O montante capitalizado no período findo em 31 de março de 2019 foi de R\$ 24.479 (R\$ 45.251 em 31 de março de 2018).

16. Arrendamento Mercantil ("Leasing")

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

A controlada possui contratos de aluguel de torres, como arrendatária, decorrentes de uma operação de venda e *leaseback* financeiro, onde envolve a venda de um ativo e o concomitante arrendamento do mesmo ativo pelo comprador ao vendedor.

A controlada reconheceu um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos ativos são ativos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Ativo

	Consolidado	
	03/2019	12/2018
LT Amazonas	159.677	208.049
	<u>159.677</u>	<u>208.049</u>
Parcela circulante	(4.517)	(22.491)
Parcela não circulante	155.160	185.558

LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas, a controlada assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A. Nestes acordos, a controlada e Telefônica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A controlada possui valores mensais a receber da Telefônica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. O valor nominal consolidado das parcelas futuras a receber pela controlada é de R\$ 334.046.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor. Tais valores representam os recebimentos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até março de 2020	23.206	4.517
Abril de 2020 a março de 2024	92.826	63.471
Abril de 2024 em diante	218.014	91.689
	<u>334.046</u>	<u>159.677</u>

O valor presente das parcelas a receber é de R\$ 159.677 (R\$ 208.049 em 31 de dezembro de 2018) composto em sua totalidade por principal e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os recebimentos futuros e descontando-os a 12,56% ao ano. Em 2019 teve seu valor remensurado para melhor alinhamento com a metodologia da nova regra IFRS16, retirando a componente de inflação projetada sobre os recebimentos futuros.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Passivo

	Consolidado	
	03/2019	12/2018
LT Amazonas (i)	281.195	359.987
Venda de Torres (leaseback) (ii)	1.210.023	1.501.695
Outros (iv)	71.904	78.392
Sub-total	1.563.122	1.940.074
Outros arrendamentos (Nota 2.f) e (iii):		-
Arrendamento mercantil - rede	2.597.590	-
Arrendamento mercantil - veículos	9.206	-
Arrendamento mercantil - Lojas & Quiosques	275.925	-
Arrendamento mercantil - Imóveis	136.521	-
Arrendamento mercantil - Terrenos (Rede)	1.526.250	-
Arrendamento mercantil - Fibra	700.198	-
Sub-total (IFRS16 / CPC 06(R2))	5.245.690	-
Total	6.808.812	1.940.074
Parcela circulante	(684.699)	(205.048)
Parcela não circulante	6.124.113	1.735.026

i) LT Amazonas

A controlada assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados com as distribuidoras e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. Os saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até março de 2020	44.079	9.578
Abril de 2020 a março de 2024	176.315	114.478
Abril de 2024 em diante	414.220	157.139
	634.614	281.195

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O valor nominal consolidado das parcelas futuras devidas pela controlada é de R\$ 634.614. Seu valor presente é de R\$281.195, sendo composto em sua totalidade de principal e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os pagamentos futuros e descontando-os a 14,44% ao ano. Além destes saldos, o valor total do direito de uso também contempla R\$70.759 referentes a investimentos em ativo imobilizado feitos pela controlada e posteriormente doados às concessionárias de transmissão de energia elétrica. Tal doação já era prevista nos contratos assinados entre as partes. Em 2019 teve seu valor remensurado de acordo com a metodologia de cálculo do IFRS16, retirando a componente de inflação projetada sobre os pagamentos futuros e mantendo a taxa de desconto original para o cálculo de valor presente.

ii) Venda e leaseback das Torres

A controlada celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. (“ATC”) em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R\$3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* – “MLA”) de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade “*sale and leaseback*” que preveem valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda prevê um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.

No total foram realizadas 5.873 transferências de torres, sendo 54, 336 e 5.483 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. A referida transação resultou em um valor de venda total no montante de R\$ 2.651.247, sendo o montante de R\$ 1.088.390 contabilizado como receita diferida e amortizado ao longo do período contrato (nota 23).

A taxa de desconto utilizada na transação foi determinada com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar ou empréstimo, conforme mencionado a seguir.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos do contrato em vigor relativos ao MLA. Tais valores representam os desembolsos estimados no contrato assinado com a ATC e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até março de 2020	187.720	23.135
Abril de 2020 a março de 2024	750.881	498.700
Abril de 2024 em diante	2.132.552	688.188
	3.071.153	1.210.023

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O valor nominal consolidado do somatório das parcelas futuras devidas pela controlada é de R\$ 3.071.153. Seu valor presente é de R\$ 1.210.023 sendo composto apenas por principal. O valor presente foi estimado, projetando-se os pagamentos futuros, descontados pelas taxas de desconto utilizadas na data das transações, que variam de 11,01% a 17,08% ao ano, as quais foram determinadas com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar e/ou empréstimo. Em 2019 teve seu valor remensurado de acordo com a metodologia de cálculo do IFRS16, retirando a componente de inflação projetada sobre os pagamentos futuros e mantendo a taxa de desconto original para o cálculo de valor presente.

(iii) Outros arrendamentos:

Além dos contratos de arrendamento mercantil citados acima, a Companhia também possui contratos de arrendamentos que se enquadram no escopo do IFRS16/ CPC 06 (R2).

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos desses contratos em vigor. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. Os saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Até março de 2020	Abril de 2020 a março de 2024	Abril de 2024 em diante	Valores nominais	Valor presente
Total outros arrendamentos	1.179.121	3.758.303	3.301.963	8.239.387	5.245.690
Arrendamento mercantil - rede	520.247	1.862.489	1.712.368	4.095.104	2.597.590
Arrendamento mercantil - veículos	4.658	5.761	-	10.419	9.206
Arrendamento mercantil - Lojas & Quiosques	58.019	104.073	652	162.744	136.521
Arrendamento mercantil - Imóveis	57.454	195.970	175.727	429.151	275.925
Arrendamento mercantil - Terrenos (Rede)	275.633	990.095	1.413.216	2.678.944	1.526.250
Arrendamento mercantil - Fibra	263.110	599.915	-	863.025	700.198

O valor presente, principal e de juros em 31 de março de 2019 para os contratos acima, foi estimado na data de transição da norma em 01 de janeiro de 2019, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 11,35%. A movimentação dos passivos financeiros de arrendamento mercantil está demonstrado na Nota 36.

iv) Está representado substancialmente pelas transações de arrendamento mercantil financeiro em torres de transmissão.

17. Outros valores a compensar

Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Fistel anualmente no mês de março.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	Controladora		Consolidado	
	03/2019	12/2018	03/2019	12/2018
	3.892	11.770	3.781.912	4.323.374
Moeda nacional	3.013	11.490	3.573.584	4.158.599
Fornecedores de materiais e serviços (a)	3.013	11.490	3.461.465	4.027.092
Interconexão (b)	-	-	78.256	98.060
Roaming (c)	-	-	102	162
Co-billing (d)	-	-	33.761	33.285
Moeda estrangeira	879	280	208.328	164.775
Fornecedores de materiais e serviços (a)	879	280	176.914	137.397
Roaming (c)	-	-	31.414	27.378
Parcela Circulante	3.892	11.770	3.781.912	4.323.374

(a) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

(b) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(c) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(d) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

19. Autorizações a pagar

Em 31 de março de 2019, a Companhia e sua controlada possuem os seguintes compromissos junto à ANATEL:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado	
	03/2019	12/2018
Renovação de autorizações (i)	309.156	300.253
Dívida ANATEL atualizada (ii)	115.349	113.547
	424.505	413.800
Parcela circulante	(66.074)	(65.464)
Parcela não circulante	358.431	348.336

- (i) Para prestação do SMP, a controlada obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis por mais 15 (quinze) anos. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 31 de março de 2019, a controlada possuía saldos vencidos relativos à renovação de Autorizações no montante de R\$270.822 (R\$300.253 em 31 de dezembro de 2018).
- (ii) Em 5 de dezembro de 2014, a controlada assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz e pagou o equivalente a R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$61 milhões como passivo financeiro, conforme método de pagamento previsto no Edital. Em função da ocorrência de lotes desertos no Edital da faixa de 700 MHz, a controlada, juntamente com as demais proponentes, teve que assumir proporcionalmente os custos referentes a esses lotes. Dessa forma, foi constituída a Entidade Administradora da Digitalização ("EAD"), onde o total do compromisso assumido pela controlada foi de R\$1.199 milhões, o qual foi pago em 4 parcelas reajustadas pelo IGP-DI (nota 15.f).

Em 30 de junho de 2015, a controlada distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R\$61 milhões (R\$ 103 milhões em 31 de março de 2019) o qual ainda está pendente de julgamento.

As autorizações detidas em caráter primário pela TIM S.A. em 31 de março de 2019, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Termos de Autorização	Data de Expiração						
	<u>450 MHz</u>	<u>800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz</u>	<u>Frequências adicionais 1800 MHz</u>	<u>1900 MHz e 2100 MHz (3G)</u>	<u>2500 MHz Banda V1 (4G)</u>	<u>2500 MHz (Banda P** (4G)</u>	<u>700 MHz (4G)</u>
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	-	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR92 (PA) – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Outubro, 2027	Março, 2031*	ES - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR21 (RJ) – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	PR - Outubro, 2027	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR61 (DF) – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
São Paulo	-	Março, 2031*	Interior - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Outubro, 2027	Setembro, 2022*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	AR41, exceto Curitiba e Região Metropolitana - Fevereiro, 2024* AR41, Curitiba e Região Metropolitana - Julho, 2031	Dezembro, 2029
Santa Catarina	Outubro, 2027	Setembro, 2023*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	-	Abril, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Pernambuco	-	Maió, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR81 - Julho, 2031	Dezembro, 2029
Ceará	-	Novembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraíba	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Rio Grande do Norte	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Alagoas	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Piauí	-	Março, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras)	-	Abril, 2028*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR31 - Fevereiro, 2030*	Dezembro, 2029
Bahia e Sergipe	-	Agosto, 2027*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029

* Termos já renovados por 15 anos, portanto sem direito a novo período de renovação.

** Somente áreas complementares nos Estados específicos.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

<u>Descrição</u>	<u>Moeda</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>03/2019</u>	<u>12/2018</u>
BNDES (1)	URTJLP	TJLP a TJLP + 3,62% a.a.	Dez/19 a Jul/22	495.331	578.312
BNDES (1)	UM143	SELIC + 2,52% a.a.	Jul/22	462.381	489.421
BNDES (PSI) (1)	R\$	2,50% a 3,50% a.a.	Dez/19 a Jan/21	47.651	56.804
KFW (2)	USD	Libor 6M+ 1,35% a.a.	Abr/19	44.097	43.420
KFW Finnvera (2)	USD	Libor 6M+ 0,75% a.a.	Jan/24 a Dez/25	384.411	378.595
Debentures (2)	BRL	104,1% CDI	Jul/20	1.010.771	-
Cisco Capital (3)	USD	1,80% a 2.50% a.a.	Nov/19 a Dez/20	117.786	116.465
Total				2.562.429	1.663.017
Circulante				(650.480)	(698.728)
Não circulante				1.911.949	964.289

Garantias

- (1) Aval da controladora TIM Participações e determinados recebíveis da controlada.
(2) Aval da controladora TIM Participações.
(3) Não possuem garantia.

A Controladora TIM Participações não possui empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2019.

Os financiamentos da controlada, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros calculados semestralmente. A controladora TIM Participações vem atendendo aos índices financeiros definidos.

Em 2018, a Companhia amortizou antecipadamente R\$ 2.200 milhões de dívida existente junto ao BNDES, reduzindo o saldo devedor da linha. A diminuição do saldo devedor junto ao BNDES não alterou o cronograma original dos pagamentos existente com o Banco, que continua com sua última parcela vincenda em julho/2022. Todas as liquidações antecipadas objetivaram o gerenciamento eficiente do endividamento e caixa da Companhia.

Em maio de 2018, a Companhia obteve uma nova linha de crédito no valor de R\$ 1.500 milhões junto ao BNDES para financiar os investimentos em ativos imobilizado (Capex) do triênio 2017-2019. Até 31 de março de 2019, a Companhia não havia utilizada a referida linha de crédito, sendo que essa ficará disponível para utilização até dezembro de 2019, não sendo obrigatório o seu desembolso. O custo desta linha de crédito está indexado pela variação da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) mais juros de 1,95% ao ano. A partir de março de 2019, com a contratação do Finame Direto, a Companhia optou pelo cancelamento do subcrédito "B" deste contrato.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em setembro de 2018, a Companhia obteve a terceira tranche do contrato de financiamento em moeda estrangeira junto ao KFW Finnvera, no valor de USD 40 milhões (equivalentes a R\$167milhões). Com o objetivo de eliminar qualquer risco de variação cambial, houve a contratação antecipada de um swap que acompanha integralmente o cronograma de amortização da dívida.

Em janeiro de 2019, a Companhia, por meio de sua controlada, realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, no valor de R\$1.000 milhão. A emissão objetivou o reforço de capital de giro da Companhia e terá vencimento em julho de 2020, sendo remunerada a 104,10% CDI.

Em março de 2019, a Companhia obteve uma nova linha de crédito no valor de R\$390 milhões junto a Finame, empresa do sistema BNDES. A contratação objetivou a melhora das condições de um dos subcréditos, de igual valor, contratado junto ao BNDES em maio de 2018, tanto em termos de prazo como custo. O custo desta linha é de TLP (Taxa de Longo Prazo) mais juros de até 1,44% ao ano e sua disponibilidade se estende até dezembro de 2020, sem quaisquer obrigações de desembolso.

Segue abaixo quadro com a posição de financiamentos e linhas de crédito disponível:

Tipo	Moeda	Data da abertura	Prazo	Montante utilizado até		
				Valor total	Valor Remanescente	31 de março 2019
BNDES (1)	TJLP	mai/18	dez/19	1.090.000	1.090.000	-
BNDES (2)	TJLP	mai/18	dez/19	20.000	20.000	-
FINAME (3)	TLP	mar/19	dez/20	390.000	390.000	-
Total R\$:				1.500.000	1.500.000	-

Objetivo:

- (1) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2017 a 2019 incluindo, mas não se limitando, a aquisição de equipamentos nacionais;
- (2) Investimentos em projetos sociais, no âmbito da comunidade;
- (3) Aplicação exclusiva na aquisição de máquinas e equipamentos, sistemas industriais e/ou outros componentes de fabricação nacional.

As linhas de financiamento PSI (Programa de Sustentação do Investimento), contratadas junto ao BNDES, referem-se a programas específicos da Instituição e possuem taxas de juros menores do que as previstas em operações corriqueiras do BNDES. O saldo correspondente em 31 de março de 2019 ao ajuste referente à subvenção concedida pelo BNDES para a totalidade de linhas do PSI, é de aproximadamente R\$ 58 milhões, sendo este montante registrado no grupo de “Receitas diferidas” na rubrica de “Subvenções Governamentais” (nota 23) e o diferimento é feito de acordo com a vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no resultado em “Receita de Subvenção” (nota 29).

A controlada possui operações de swap, com o objetivo de proteger-se dos riscos de desvalorização do real em relação ao dólar americano em suas operações de empréstimos e financiamentos. Entretanto, não aplica a “contabilidade de hedge”.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2019 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Consolidado
2020	1.286.046
2021	296.627
2022	200.371
2023	32.297
2024	76.037
2025	20.571
	<u>1.911.949</u>

A tabela a seguir apresenta o cronograma de valores nominais dos empréstimos e financiamentos estimados até o fim dos contratos.

	Valor nominal
2019	686.026
2020	1.437.652
2021	327.784
2022	209.951
2023	36.095
2024	77.899
2025	21.068
	<u>2.796.475</u>

Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características normalmente verificadas nos financiamentos do BNDES. As instituições consideram, além dos retornos de dívida de longo prazo, os benefícios sociais de cada projeto vinculado aos seus financiamentos. Para fins de análise de valor justo, dada a ausência de mercado similar e a necessidade de aderência dos projetos de interesses governamentais, normalmente considera-se que o valor justo do empréstimo é aquele registrado nos saldos contábeis.

O valor dos empréstimos das linhas PSI é registrado ao valor justo na data de sua captação e este valor justo é calculado com base na taxa do CDI à época.

Outra operação contratada com característica extremamente específica é o empréstimo obtido junto ao KFW Finnvera. Nesta operação, tem-se como garantidor o Finnvera, agência finlandesa de fomento. Dadas às características desta operação, a Companhia entende que seu valor justo é igual àquele registrado no balanço.

Com relação às captações contratadas com a Cisco Capital e o KFW, as atuais condições de mercado não indicam a existência de fatores que possam levar a um valor justo das operações diferente daquele registrado nos livros contábeis.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	03/2019	12/2018	03/2019	12/2018
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	468	447	437.495	453.941
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	347.559	361.558
Impostos e Taxas ANATEL	-	-	21.082	21.320
Imposto sobre Serviço - ISS	462	441	59.844	59.764
Outros	6	6	9.010	11.299
Parcela circulante	(468)	(447)	(434.664)	(451.169)
Parcela não circulante	-	-	2.831	2.772

22. Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Desde 2016 a Companhia optou por efetuar o pagamento mensal de imposto de renda e contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	03/2019	12/2018	03/2019	12/2018
Impostos, taxas e contribuições diretos a	46	47.285	443.352	542.213
Imposto de renda e contribuição social	-	-	333.439	372.467
PIS / COFINS	7	19.340	73.062	76.072
Outros (*)	39	27.945	36.851	93.674
Parcela circulante	(46)	(47.285)	(232.822)	(332.333)
Parcela não circulante	-	-	210.530	209.880

(*) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da controlada ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS a partir de 2009 para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS - Programa de Integração Social, Cofins - Contribuição para a Seguridade Social, IRPJ - Imposto de renda Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), cujo vencimento final dar-se-á em 31 de outubro de 2024.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Receitas diferidas

	Consolidado	
	03/2019	12/2018
Receitas diferidas	1.236.349	1.313.467
Serviços a prestar pré-pago (1)	245.740	301.621
Subvenções Governamentais (2)	57.949	63.731
Swap de rede (3)	9.265	11.449
Receitas antecipadas	17.486	18.626
Receitas diferidas sobre venda de torres (4)	883.588	897.112
Passivo contratual (5)	22.321	20.928
Parcela circulante	(351.886)	(406.867)
Parcela não circulante	884.463	906.600

(1) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(2) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até 31 de março de 2019 é de R\$ 203 milhões. Este montante está sendo amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de “outras receitas (despesas), líquidas” (nota 29).

(3) Refere-se, principalmente, a contratos de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (nota 11).

(4) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 16).

(5) Contratos com clientes.

Em 31 de março de 2019, o saldo de ativos e passivos contratuais é como segue:

	03/2019
Ativo contratual	-
Passivo contratual	(22.320)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise.

Resumo das principais variações no período.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Ativo (passivo) contratual
Saldo em 1º. de janeiro de 2019	(20.798)
Adições	(7.136)
Baixas	5.614
Saldo em 31 de março de 2019	(22.320)

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo:

	2019	2020	2021
Ativo (passivo) contratual	(14.976)	(7.189)	(155)

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

24. Provisão para processos judiciais e administrativos

A Companhia e sua controlada são parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	03/2019	12/2018	03/2019	12/2018
Provisão para processos judiciais e administrativos	52.358	9.837	826.039	849.408
Cível (a)	-	-	117.707	111.301
Trabalhistas (b)	52.358	2.646	376.487	435.438
Tributária (c)	-	7.191	300.187	271.214
Regulatória (d)	-	-	31.658	31.455

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

	dez-18	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	mar-19
	849.408	95.108	(157.432)	38.955	826.039
Cível (a)	111.301	66.157	(70.215)	10.463	117.706
Trabalhistas (b)	435.438	14.463	(83.170)	9.756	376.487
Tributária (c)	271.214	14.492	(4.018)	18.499	300.187
Regulatória (d)	31.455	(4)	(29)	237	31.659

A Companhia e sua controlada estão sujeitas a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

a. Processos cíveis

a.1 Ações movidas por consumidores

As controladas são partes em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante de R\$94.532 (R\$ 86.039 em 31 de dezembro de 2018) referem-se principalmente por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

a.2 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações ao Decreto SAC; (iv) supostas violações contratuais; (v) suposta publicidade enganosa e; (vi) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. Os valores envolvidos equivalem a R\$3.247 (R\$5.814 em 31 de dezembro 2018).

a.3 Ex- parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. Os valores envolvidos equivalem a R\$10.395 (R\$10.378 em 31 de dezembro de 2018).

a.4 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) renovatórias de contratos de locação; (ii) ações de subscrição acionária; (iii) ações indenizatórias; (iv) suposto descumprimento de contrato e; (v) ações de cobrança. Os valores envolvidos equivalem a R\$3.496 (R\$3.060 em 31 de dezembro de 2018).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

a.5 Socioambiental e infraestrutura

As controladas são partes em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação). Os valores envolvidos equivalem a R\$253 (R\$239 em 31 de dezembro de 2018).

a.6 ANATEL

As controladas são partes em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço. Os valores envolvidos equivalem a R\$ 1.283 (R\$1.270 em 31 de dezembro de 2018).

b. Processos trabalhistas

A seguir estão sumariados os principais processos trabalhistas com risco provável:

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável/comissões, adicionais legais, horas extras e outras previsões estabelecidas no período anterior ao processo de privatização, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia e/ou de sua controlada por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas.

Do total de 3.855 reclamações trabalhistas em 31 de março de 2019 (3.948 em 31 de dezembro de 2018) movidas contra a Companhia e sua controlada, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados próprios. O provisionamento destas causas totaliza R\$367.618 atualizado monetariamente (R\$426.570 em 31 de dezembro de 2018). Durante o exercício de 2018, segundo posição dos consultores jurídicos da Companhia, determinados processos trabalhistas apresentaram alterações em seu prognóstico de perda de possível para provável, portanto, com registro correspondente da provisão.

Uma parcela significativa deste provisionamento diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*) bem como processos relacionados aos sites internos da TIM, que resultaram no desligamento de colaboradores. Em 31 de março de 2019, o provisionamento destas causas totaliza R\$26.130 atualizado monetariamente (R\$27.981 em 31 de dezembro de 2018).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

c. Processos tributários

	03/2019	12/2018
Tributos Federais	81.899	82.033
Tributos Estaduais	132.635	103.546
Tributos Municipais	1.731	1.713
Processos TIM S.A (Purchase price allocation)	83.922	83.922
	300.187	271.214

O total da provisão registrada está substancialmente composto pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC:

Tributos federais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

- (i) A provisão para a TIM S.A. suporta trinta e quatro processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL, IRRF, denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST e obrigações acessórias. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 9.393 (R\$ 9.335 em 31 de dezembro de 2018), assim como o valor relativo a multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$ 14.190 (R\$ 14.060 em 31 de dezembro de 2018).
- (ii) Adicionalmente, no quarto trimestre de 2018, a Companhia constituiu uma provisão para um processo que visa a cobrança da contribuição previdenciária retida à alíquota de 11% a que, supostamente, deveriam ter sido submetidos os pagamentos realizados pela empresa a outras pessoas jurídicas a título de remuneração por atividades diversas, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$ 37.020 (R\$ 36.685 em 31 de dezembro de 2018).

Tributos Estaduais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

A provisão para a TIM S.A. suporta trinta e oito processos, dentre os quais se destacam (i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 53.663 (R\$ 42.628 em 31 de dezembro de 2018), (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R\$ 4.883 (R\$ 4.829 em 31 de dezembro de 2018), bem como (iii) anulação de serviço de Telecom em virtude de faturamento indevido/fraude por subscrição, e suposto creditamento indevido e em duplicidade de ICMS, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 24.851 (R\$ 24.646 em 31 de dezembro de 2018), e (iv) cobranças em razão de supostas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, em procedimento de levantamento quantitativo de

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

estoque, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 15.001 (processo provisionado em 03/2019, sem correspondente em 31 de dezembro de 2018).

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.

PPA TIM S.A

Há processos tributários advindos da aquisição da TIM S.A., que compõem o processo de alocação do preço de aquisição desta Controlada e somam R\$83.922 (R\$83.922 em 31 de dezembro de 2018).

d. Processos regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor do Grupo pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de março de 2019, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADOs"), considerando a atualização monetária, classificados com risco de perda provável é de R\$ 31.658 (R\$31.455 em 31 de dezembro de 2018).

e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia e sua controlada possuem ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas demonstrações financeiras, conforme valores apresentados a seguir:

	Consolidado	
	03/2019	12/2018
	18.770.747	18.734.644
Cível (e.1)	1.101.812	1.046.521
Trabalhista e previdenciária (e.2)	607.778	523.236
Tributária (e.3)	16.403.344	16.530.061
Regulatória (e.4)	657.813	634.826

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.1. Cíveis

	Consolidado	
	03/2019	12/2018
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	510.722	405.635
ANATEL (e.1.2)	209.748	207.657
Órgãos de Defesa do Consumidor (e.1.3)	74.930	84.231
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	102.345	173.213
Sócio ambiental e infraestrutura (e.1.5)	86.306	71.574
Outros	117.761	104.211
	<u>1.101.812</u>	<u>1.046.521</u>

e.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

e.1.2 ANATEL

As controladas são partes em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço.

e.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta falha na entrega de aparelhos; (iii) suposto descumprimento das legislações estaduais; (iv) modelo de contratação e supostas cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado - VAS; (v) supostas violações ao Decreto SAC; (vi) supostas violações contratuais; e (vii) bloqueio de dados.

e.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

e.1.5 Socioambiental e infraestrutura

As controladas são partes em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 31 de março

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.1.6 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) renovatórias de contratos de locação; (ii) ações de subscrição acionária; (iii) ações indenizatórias; (iv) suposto descumprimento de contrato e; (v) ações de cobrança.

e.2. Trabalhistas

Há 7.858 reclamações trabalhistas em 31 de março de 2019 (4.654 em 31 de dezembro de 2018) movidas contra a Companhia e sua controlada, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante de R\$616.646 atualizado (R\$523.236 em 31 de dezembro de 2018).

Parcela significativa do contingenciamento existente diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*), bem como processos relacionados aos sites internos da TIM, que resultaram no desligamento de colaboradores. Somam-se a estes processos aqueles movidos por terceiros prestadores de serviços com pedidos de vínculo empregatício com a TIM, cujos valores somam R\$11.423 atualizado (R\$16.709 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia é parte em ações cíveis públicas movidas pelo Ministério Público do Trabalho, que tem como objeto essencialmente a alegação de terceirização irregular e requerimento de condenação em danos morais coletivos, referentes a terceirização, totalizando em R\$19.706 em 31 de dezembro de 2018. No entanto, devido a recente decisão do STF sobre o tema, há alta probabilidade de julgamento favorável à companhia.

Há um grupo de ações do Paraná que tem como um dos principais pedidos a indenização por previsão contratual, formalizada em “carimbos” nas carteiras de trabalho. Por meio de norma interna, a TELEPAR comprometeu-se a complementar a aposentadoria de seus empregados admitidos até 1982. Antes da privatização, a TELEPAR propôs a transação deste benefício através do pagamento de uma determinada quantia à vista de R\$3.908 atualizado no risco provável (R\$515 atualizado no risco possível e R\$2.727 no risco provável atualizado em 31 de dezembro de 2018).

Cumpra ainda mencionar que existe um grupo de reclamações trabalhistas, em especial em São Paulo e Rio de Janeiro, de ex-empregados da Gazeta Mercantil, Jornal do Brasil e JB Editora requerendo em juízo a inclusão no polo passivo da Holdco, que antes da incorporação pela TIM Participações, pertencia ao Grupo Econômico Docas, do qual a Gazeta Mercantil e Jornal do Brasil fazem parte. Há, ainda, um grupo de reclamações trabalhistas em que os ex-empregados das empresas acima mencionadas pedem também a inclusão da TIM Participações.

Os demais valores são relativos a processos trabalhistas de pedidos diversos movidos por ex-empregados próprios e de empresas terceiras.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.2.1. Previdenciária

A TIM Celular recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias relativas ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, no valor de R\$4.457 atualizado (R\$538 em 31 de dezembro de 2018, esta redução ocorreu pela reclassificação de um processo para o risco remoto em razão do andamento do mesmo) e sofreu ainda autuação fiscal referente a supostas contribuições previdenciárias incidentes sobre gratificação de contratação; gratificação não ajustada; contraprestação por atividades de autônomos e incentivos a vendas no valor atualizado de R\$9.693 em 31 de dezembro de 2018.

A TIM S.A recebeu Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre participação nos lucros e resultados; falta de recolhimento sobre pró-labore dos dirigentes e falta de preenchimento adequado da Guia de Recolhimento do FGTS – GFIP, além de declaração equivocada na GFIP no valor total de R\$884 atualizado (R\$1.430 em 31 de dezembro de 2018).

e.3. Tributárias

	Consolidado	
	03/2019	12/2018
Tributos Federais (e.3.1)	3.944.583	3.952.125
Tributos Estaduais (e.3.2)	8.898.995	8.904.916
Tributos Municipais (e.3.3)	695.603	693.616
FUST, FUNTTEL e EBC (e.3.4)	2.864.163	2.979.404
	<u>16.403.344</u>	<u>16.530.061</u>

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R\$ 11.606.901.

e.3.1. Tributos Federais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos federais é de R\$ 3.944.583 em 31 de março de 2019 (R\$ 3.952.125 em 31 de dezembro de 2018). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R\$ 2.564.880 (R\$ 2.543.851 em 31 de dezembro de 2018).
- (ii) Metodologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor envolvido é de R\$ 199.595 (R\$ 198.175 em 31 de dezembro de 2018).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 31 de março

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (iii) Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R\$ 65.072 (R\$ 64.537 em 31 de dezembro de 2018).
- (iv) Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido para a controlada é de R\$ 281.522 (R\$ 296.589 em 31 de dezembro de 2018).
- (v) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R\$ 416.132 (R\$ 412.715 em 31 de dezembro de 2018).

e.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos estaduais em 31 de março de 2019 é de R\$ 8.898.995 (R\$ 8.904.916 em 31 de dezembro de 2018). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação do registro 60i do arquivo SINTEGRA. O valor envolvido é de R\$ 1.366.349 (R\$ 1.344.288 em 31 de dezembro de 2018).
- (ii) Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R\$ 1.119.934 (R\$ 1.110.827 em 31 de dezembro de 2018).
- (iii) Estorno de crédito e creditamento extemporâneo relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido para a TIM S.A. é de R\$ 792.843 (R\$ 767.142 em 31 de dezembro de 2018).
- (iv) Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas do imposto e os créditos concedidos como antecipação de futuras recargas (crédito especial), bem como créditos relacionados com operações de substituição tributária e operações isentas e não tributadas. Em 31 de março de 2019, o montante na controlada é de R\$ 3.264.891 (R\$ 3.340.448 em 31 de dezembro de 2018).
- (v) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R\$ 138.615 (R\$ 140.368 em 31 de dezembro de 2017).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 31 de março

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (vi) Incidência do ICMS e do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP nas operações de aquisição de ativo permanente e outros, bem como na própria prestação de serviços de Telecom em casos específicos determinados pela Legislação. O valor envolvido é de R\$ 180.844 (R\$ 179.853 em 31 de dezembro de 2018).
- (vii) Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R\$ 107.411 (R\$ 116.880 em 31 de dezembro de 2018).
- (viii) Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R\$ 195.234 (R\$ 192.074 em 31 de dezembro de 2018).
- (ix) Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R\$ 195.574 (R\$ 177.128 em 31 de dezembro de 2018).
- (x) Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R\$ 142.993 (R\$ 139.758 em 31 de dezembro de 2018).

e.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos municipais é de R\$ 695.603 em 31 de março de 2019 (R\$ 693.616 em 31 de dezembro de 2018). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- a. Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R\$ 143.707 (R\$ 142.355 em 31 de dezembro de 2018).
- b. Cobrança de ISS sobre importação de serviços. O valor envolvido é de R\$ 289.570 (R\$ 283.620 em 31 de dezembro de 2018).
- c. Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R\$ 121.528 (R\$ 118.114 em 31 de dezembro de 2017).

e.3.4. FUST e FUNTTEL

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST e FUNTTEL é de R\$ 2.864.163 (R\$ 2.979.404 em 31 de dezembro de 2018). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.4. Regulatórias

A ANATEL instaurou processos administrativos contra as controladas pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de março de 2019, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R\$ 657.814 (R\$634.826 em 31 de dezembro de 2018). A variação decorreu principalmente da tramitação dos PADOs inseridos no Termo de Ajustamento de Conduta “TAC” em negociação com a ANATEL e novas entradas registradas no ano de 2018.

Ao obter a prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a controlada TIM S.A. torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

25. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

Quando uma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia, com intuito de mantê-las em tesouraria, o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando estas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido dos custos adicionais diretamente atribuíveis à transação, é incluído no patrimônio líquido. Em 31 de março de 2019, a Companhia possui 659.454 ações em Tesouraria (2018 – 784.317), tendo como objetivo o atendimento do Plano de opção de compra de ações (nota 26).

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O capital subscrito e integralizado está representado da seguinte forma:

	03/2019	Consolidado 12/2018
Valor líquido integralizado	9.866.298	9.866.298
Valor integralizado	9.913.415	9.913.415
(-) Custos de captação	(47.117)	(47.117)
Quantidade de ações ordinárias	2.421.032.479	2.421.032.479

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	03/2019	12/2018
	414.977	412.091
Reserva especial de ágio	380.560	380.560
Opções de compra de ações	34.417	31.531

b.1 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi originada das seguintes transações:

(i) Incorporação das antigas controladas TIM Sul e TIM NE – aquisição das ações de minoritários

A Companhia adquiriu, em 2005, a totalidade das ações de posse dos acionistas minoritários da TIM Sul S.A. e da TIM Nordeste Telecomunicações S.A. Esta aquisição foi realizada com a emissão de novas ações pela TIM Participações S.A., convertendo as referidas empresas em suas controladas integrais. Esta operação foi registrada à época pelo valor contábil das ações, não registrando ágio decorrente da diferença de valor de mercado entre as ações negociadas.

Quando da primeira adoção de IFRS, a Companhia utilizou-se da isenção que permite a uma controlada, quando adota a prática contábil internacional em data posterior à adoção do IFRS por sua controladora, considerar os saldos anteriormente reportados à controladora para fins de sua consolidação. No balanço de transição para o IFRS, a Companhia registrou o valor da aquisição com base no valor de mercado das ações da TIM Participações S.A. à época, contabilizando ágio no montante de R\$157.556.

(ii) Aquisição das ações da Holdco – compra da TIM S.A (Intelig)

Em 30 de dezembro de 2009, a Assembleia Geral Extraordinária da TIM Participações aprovou a incorporação da Holdco, sociedade que detinha 100% do capital social da TIM S.A, pela TIM Participações. Como resultado desta operação, a Companhia emitiu 127.288.023 ações.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Com base nas antigas práticas contábeis brasileiras ("BR GAAP"), a aquisição foi registrada pelo valor contábil líquido dos ativos adquiridos na data base de 30 de novembro de 2009.

Quando da primeira adoção do IFRS, a aquisição foi registrada na data-base de 31 de dezembro de 2009 e foi considerado o valor de mercado das ações ordinárias e preferenciais da TIM Participações em 30 de dezembro de 2009, totalizando R\$739.729. A diferença entre este valor e o valor contábil registrado no antigo BR GAAP (R\$516.725) gerou um ágio, em contrapartida a uma reserva de capital de R\$223.004.

b.2 Opções de compra de ações

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia e de sua controlada com opções de compra de ações, concedidas aos empregados (nota 26).

No período findo em 31 de março de 2019 e exercício findo em 2018, a Companhia realizou a venda de 124.863 e 1.194.576 ações ordinárias, respectivamente, aos beneficiários do Plano de opção de compra de ações (nota 26). As referidas ações estavam em tesouraria da Companhia quando do exercício das opções ao valor contábil médio de R\$10,86 e R\$10,34, respectivamente. Adicionalmente, por meio do Programa de Recompra de Ações lançado em outubro de 2017, a Companhia adquiriu 377.052 em 2018 (não houve aquisição em 2019) ações pelo preço de R\$11,64, equivalente a R\$ 4.389 em 2018). Como resultado, o efeito líquido na transação de recompra de ações em tesouraria foi de R\$ 1.357 (R\$ 7.964 em 2018).

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social, excluindo a partir de 2018 o saldo destinado à reserva de incentivos fiscais. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Reserva estatutária para expansão

A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva, que não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

c.3 Reserva de benefício fiscal

A controlada usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros desta controlada. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. O valor acumulado dos benefícios usufruídos pela controlada equivalem a R\$1.419.056 em 31 de dezembro de 2018.

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A controlada atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 14 de abril de 2016, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, os dividendos e JCP foram calculados como segue:

	2018
Lucro líquido do exercício	2.545.101
(-) incentivos fiscais não distribuíveis	(146.455)
(-) Constituição da reserva legal	(119.932)
Lucro líquido ajustado	2.278.714
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	569.679
Composição dos dividendos a pagar e JCP:	
Juros sobre capital próprio	849.994
Dividendos	-
Total de dividendos e JSCP distribuídos e propostos	849.994
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(125.757)
Total de dividendos e JCP líquidos	724.237
Dividendos por ação (valores expressos em reais), líquidos do IRRF	0,30

O saldo em 31 de dezembro de 2018 da rubrica de “dividendos e juros sobre capital próprio a pagar” é composto pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R\$47.111 (R\$40.266 em 31 de dezembro 2017) além do valor ainda não liquidado dos juros sobre capital próprio destinados e calculados em 2018 no montante de R\$322.994.

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das informações trimestrais são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio líquido. Os

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

juros sobre capital próprio recebidos e/ou a receber são contabilizados em contrapartida às receitas financeiras impactando o resultado de equivalência patrimonial. Para fins de apresentação, os impactos no resultado são eliminados, sendo apresentada a redução no saldo de investimento.

Dividendo não reclamados - Conforme estabelecido na Lei das Sociedade por Ações, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

26. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Plano 2011 – 2013, Plano 2014-2016 e Plano 2018-2020

Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014 e 19 de abril de 2018, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM Participações S.A. os planos de incentivo de longo prazo; “Plano 2011-2013”, “Plano 2014-2016” e “Plano 2018-2020” respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia e em sua controlada.

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto que o Plano 2018-2020 prevê a outorga de ações.

O exercício das opções do Plano 2011-2013 está condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho, enquanto que o exercício das opções do Plano 2014-2016 não possui esta condição. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano. Já o Plano 2018-2020 propõe remunerar os participantes com ações de emissão da Companhia, sujeitos a determinadas condições de tempo e/ou desempenho (atingimento de metas específicas).

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 são de 6 anos e a TIM Participações não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para o Plano 2018-2020 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (Vesting). Por sua vez, o Plano 2018-2020, além de considerar a transferência de Ações, prevê também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data de cada balanço, o Grupo revisa suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço.

Cabe considerar que em 2019 não foram realizadas novas outorgas, apenas foram realizadas as apurações dos Vestings de outorgas passadas.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As variações na quantidade de ações/opções estão apresentadas a seguir:

Data de outorga	Opções/Ações outorgadas	Data de vencimento	Preço Base	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o	Saldo no final do exercício
Plano 2018-2020 – 1ª	849.932	mai-20	14,41	466.514	-		-	-	466.514
Plano 2014-2016 – 3ª	3.922.204	nov-22	8,10	895.522		-	-	-	895.522
Plano 2014-2016 – 2ª	3.355.229	out-21	8,45	292.523		-	-	-	292.523
Plano 2014-2016 – 1ª	1.687.686	set-20	13,42	531.972			(21.852)	-	510.120
Plano 2011-2013 – 3ª	3.072.418	jul-19	8,13	543.583			-	-	543.583
Plano 2011-2013 – 2ª	2.661.752	set-18	8,96	-				-	-
Plano 2011-2013 – 1ª	2.833.595	ago-17	8,84	-				-	-
Total	18.382.816			2.730.114	-	-	(21.852)	-	2.708.262
Preço médio ponderado do exercício			10,23						

Os dados significativos incluídos no modelo foram:

Data de outorga	Preço Base - média ponderada da ação no período de medição da Outorga	Volatilidade	Vida esperada da opção	Taxa de juros anual sem risco
Outorga 2011	R\$ 8,84	51,73% a.a.	6 anos	11,94%a.a
Outorga 2012	R\$ 8,96	50,46% a.a.	6 anos	8,89%a.a
Outorga 2013	R\$ 8,13	48,45% a.a.	6 anos	10,66%a.a
Outorga 2014	R\$ 13,42	44,60% a.a.	6 anos	10,66%a.a
Outorga 2015	R\$ 8,45	35,50% a.a.	6 anos	16,10%a.a
Outorga 2016	R\$ 8,10	36,70% a.a.	6 anos	11,73% a.a
Outorga 2018	R\$ 14,41	NA	3 anos	NA

O Preço Base da Ação foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM Participações, considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2011-2013 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011 (data em que o Conselho de Administração da TIM Participações aprovou o benefício).
- **Plano 2011-2013 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01/07/2012 a 31/08/2012.
- **Plano 2011-2013 – 3ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2013.
- **Plano 2014-2016 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2014).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 31 de março

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- **Plano 2014-2016 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2015).
- **Plano 2014-2016 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração (29 de setembro de 2016).
- **Plano 2018-2020 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01 de março de 2018 à 31 de março de 2018.

O Grupo reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. Em 31 de março de 2019, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R\$ 2.601 (R\$ 771 em 31 de março de 2018).

27. Receita operacional líquida

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Os cálculos de receitas não faturadas do mês anterior são estornados e um novo cálculo de *unbilled* é feito a cada mês corrente considerando o *billed* do mês anterior.

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

Receitas de vendas de produtos

As receitas com vendas de produtos (telefones, mini-modems, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios da propriedade destes produtos são transferidos para o comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, líquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre o produto vendido.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 31 de março

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Contratos firmados com clientes que combinam serviços e produtos

A Companhia oferece aos clientes fidelizados pacotes comerciais que combinam aparelhos celulares com serviços de telefonia fixa ou móvel, com a concessão de descontos em aparelhos e/ou serviços. Nestes casos, identificam-se os contratos individuais, as obrigações de desempenho e seus preços de transação, alocando-se o preço da transação total de acordo com os preços de venda individuais de cada obrigação. A receita de serviços e produtos é reconhecida no momento em que cada uma das obrigações de desempenho previstas no acordo com o cliente é cumprida, ou seja, quando o cliente obtém controle sobre o ativo.

	Consolidado	
	03/2019	03/2018
Receita Operacional Líquida	4.190.826	4.119.853
Receita operacional bruta	6.104.070	5.824.357
Receita de serviços	5.833.801	5.592.108
Receita de serviços - Móvel	5.437.748	5.244.855
Receita de serviços - Fixa	396.053	347.253
Venda de mercadorias	270.269	232.249
Deduções da receita bruta	(1.913.244)	(1.704.504)
Impostos incidentes	(1.254.637)	(1.295.600)
Descontos concedidos	(654.130)	(405.853)
Devoluções e Outros	(4.477)	(3.051)

28. Custos e despesas operacionais

	Consolidado							
	03/2019				03/2018			
	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	(1.957.381)	(1.277.046)	(405.348)	(3.639.775)	(1.897.479)	(1.214.376)	(379.435)	(3.491.290)
Pessoal	(11.470)	(155.168)	(82.389)	(249.027)	(13.496)	(155.076)	(71.357)	(239.929)
Serviços de terceiros	(154.172)	(531.216)	(116.921)	(802.309)	(136.742)	(551.779)	(107.805)	(796.326)
Interconexão e meios de conexão	(427.170)	-	-	(427.170)	(711.449)	-	-	(711.449)
Depreciação e amortização	(1.088.972)	(56.144)	(189.094)	(1.334.210)	(692.649)	(44.969)	(163.856)	(901.474)
Impostos, taxas e contribuições	(7.192)	(198.453)	(5.116)	(210.761)	(8.403)	(215.709)	(3.390)	(227.502)
Aluguéis e seguros	(69.167)	(32.940)	(6.117)	(108.224)	(153.701)	(19.558)	(15.396)	(188.655)
Custo das mercadorias vendidas	(198.633)	-	-	(198.633)	(180.306)	-	-	(180.306)
Publicidade e propaganda	-	(125.085)	-	(125.085)	-	(108.835)	-	(108.835)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(172.610)	-	(172.610)	-	(115.715)	-	(115.715)
Outros	(605)	(5.430)	(5.711)	(11.746)	(733)	(2.735)	(17.631)	(21.099)

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Controladora									
03/2019					03/2018				
Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Total	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
	-	-	(9.094)	(9.094)		-	-	(6.769)	(6.769)
Pessoal	-	-	(6.674)	(6.674)		-	-	(4.909)	(4.909)
Serviços de terceiros	-	-	(2.294)	(2.294)		-	-	(1.608)	(1.608)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(102)	(102)		-	-	(5)	(5)
Aluguéis e seguros	-	-	(5)	(5)		-	-	(183)	(183)
Outros	-	-	(19)	(19)		-	-	(64)	(64)

A Companhia e sua controlada faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia e de sua controlada. Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia e de sua controlada no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia e sua controlada aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

29. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	03/2019	03/2018	03/2019	03/2018
Receitas				
Receita de subvenção, líquida	-	-	5.782	6.435
Multas s/ serviços de telecomunicações	-	-	12.458	10.177
Receita na alienação de ativos	-	-	494	238
Outras receitas (i)	-	-	15.418	17.171
	-	-	34.152	34.021
Despesas				
FUST/FUNTTEL (ii)		-	(34.056)	(35.449)
Impostos, taxas e contribuições		-	(345)	(722)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(45.938)	(312)	(88.164)	(101.631)
Despesa na alienação de ativos	-	-	(3.963)	(404)
Outras despesas	(34)	(3)	(10.020)	(4.589)
	(45.972)	(315)	(136.548)	(142.795)
Outras receitas (despesas), líquidas	(45.972)	(315)	(102.396)	(108.774)

(i) A variação no período refere-se a atualização dos créditos oriundos de processo judicial de titularidade da TIM Nordeste S.A. (incorporada em último nível pela TIM S.A.) com decisão definitiva transitado em julgado a favor da Companhia em Tribunais Superiores, em 2018, que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS para o período de 2002 a 2009 (nota 9).

(ii) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

30. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	03/2019	03/2018	03/2019	03/2018
Receitas financeiras	(640)	538	62.557	83.669
Juros sobre aplicações financeiras	450	401	24.590	48.051
Juros de clientes	-	-	8.582	8.624
Juros swap	-	-	4.690	3.483
Juros sobre leasing	-	-	6.422	6.465
Atualização monetária	(1.090)	128	7.127	4.913
Variação cambial		9	8.754	10.251
Outras receitas	-	-	2.392	1.882

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	03/2019	03/2018	03/2019	03/2018
Despesas financeiras	(41.227)	(673)	(325.105)	(253.929)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(18.604)	(33.687)
Juros sobre fornecedores	-	-	1.347	(10.739)
Juros sobre impostos e taxas	(11)	(7)	(3.111)	(3.742)
Juros swap	-	-	(8.122)	(11.885)
Juros sobre arrendamento mercantil	-	-	(210.001)	(66.055)
Atualização monetária	(40.426)	(63)	(42.850)	(96.062)
Descontos concedidos	-	-	(6.296)	(7.723)
Variação cambial	(6)	(9)	(8.228)	(10.488)
Outras despesas	(784)	(594)	(29.240)	(13.548)

A variação cambial no período está relacionada a empréstimos e financiamentos e fornecedores em moeda estrangeira. O efeito foi reduzido por operações com derivativos (nota 36).

32. Despesas com imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	03/2019	03/2018
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda do período	(76.664)	(91.320)
Contribuição social do período	(28.429)	(33.855)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (*)	36.846	23.943
	(68.247)	(101.232)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido	1.233	(4.324)
Contribuição social diferida	443	(1.751)
	1.676	(6.075)
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	498	2.908
	2.174	(3.167)
	(66.073)	(104.399)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	03/2019	03/2018	03/2019	03/2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	116.789	245.130	186.107	349.529
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(39.708)	(83.344)	(63.276)	(118.840)
(Adições) / exclusões:				
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias (não reconhecidas) reconhecidas	(31.847)	(2.434)	(31.847)	3.118
Resultado de equivalência patrimonial	72.665	85.799	-	-
Adições, exclusões permanentes:				
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(6)	(21)	(3.626)	(8.080)
Impacto de arrendamento mercantil financeiro	-	-	(6.763)	(8.918)
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (*)	-	-	36.846	23.945
Utilização de prejuízos fiscais anteriormente não reconhecidos	-	-	-	-
Outros valores	2.142	-	2.593	4.376
	<u>42.954</u>	<u>83.344</u>	<u>(2.797)</u>	<u>14.441</u>
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do exercício	3.246	-	(66.073)	(104.399)
Alíquota efetiva	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>35,50%</u>	<u>29,87%</u>

(*) Conforme mencionado na nota 25 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A controlada TIM Celular possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

33. Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período.

	03/2019	03/2018
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	120.034	245.130
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.861	2.421.027
Lucro básico por ação (expresso em R\$)	0,05	0,10

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais dilutivas.

	03/2019	03/2018
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	120.034	245.130
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.421.378	2.421.521
Lucro diluído por ação (expresso em R\$)	0,05	0,10

O cálculo do lucro diluído por ação considerou 517 milhares de ações (521 milhares de ações em 2018) relacionadas com as outorgas do Plano 2011-2013 e do Plano 2014-2016, conforme mencionado na nota 26.

34. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos consolidados das transações com empresas do Grupo Telecom Itália são os seguintes:

	Ativo	
	03/2019	12/2018
Telecom Italia Sparkle (1)	4.869	2.877
TI Sparkle (4)	670	804
TIM Brasil (6)	14.115	13.993
Gruppo Havas (8)	100.664	75.600
Outros	669	1.092
Total	120.987	94.366

	Passivo	
	03/2019	12/2018
Telecom Italia S.p.A. (2)	117.249	89.433
Telecom Italia Sparkle (1)	16.725	11.895
TI Sparkle (3)	3.303	4.174
TIM Brasil (5)	6.044	6.044
Grupo Vivendi (6)	4.789	4.745
Gruppo Havas (7)	32.744	62.686
Outros	5.201	107
Total	186.055	179.084

	Receita	
--	----------------	--

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	03/2019	03/2018
Telecom Italia S.p.A. (2)	109	135
Telecom Italia Sparkle (1)	1.936	885
TI Sparkle (3)	42	243
Total	2.087	1.263

	Custo/Despesa	
	03/2019	03/2018
Telecom Italia S.p.A. (2)	22.660	2.281
Telecom Italia Sparkle (1)	8.139	7.151
TI Sparkle (3)	4.510	5.020
Grupo Vivendi (6)	1.180	6.821
Gruppo Havas (7)	75.951	89.645
Outros	4.496	-
Total	116.936	110.918

- (1) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-*wholesale*.
- (2) Os valores referem-se a *roaming* internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS.
- (3) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabos submarino) e serviço de sinalização.
- (4) Os valores referem-se à contratação de seguros para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros.
- (5) Referem-se principalmente a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.
- (6) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.
- (7) Os valores referem-se aos serviços de publicidade.

A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 2018, a Companhia investiu R\$1.690 milhões com recursos próprios em benefício social.

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

35. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentada a seguir:

	03/2019	03/2018
Salários e outros benefícios de curto prazo	4.192	5.382
Pagamentos com base em ações	1.283	538
	5.475	5.920

36. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia e sua controlada destacam-se também os derivativos que são passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*).

A Companhia, através de sua controlada, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de *swap* e *opções de compra de dólar especificamente esse último para reduzir os riscos de exposição cambial em contratos comerciais*.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados, por meio de sua controlada, em atendimento ao IFRS 9/CPC 48.

Os principais fatores de risco que a Companhia e sua controlada estão expostas são os seguintes:

(i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade da controlada computar i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a controlada realizar: contratos de *swap* com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos decorrentes da flutuação das taxas de câmbio no resultado financeiro e contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda opções de compra de dólar para reduzir os riscos de exposição cambial em contratos comerciais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de março

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 31 de março de 2019, os empréstimos e financiamentos das controladas indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado de suas controladas.

Além dos riscos mencionados acima não existem outros ativos e passivos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

- A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela controlada indexados à TJLP e/ou TLP, quando tais taxas não acompanharem proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). Em 31 de março de 2019 a controlada não possuía nenhuma operação de swap atrelada a TJLP e/ou TLP.

- A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da controlada, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a controlada possui nos contratos de swap atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 31 de março 2019, a controlada mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de a controlada computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a controlada realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 ou receitas de serviços prestados.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política do Grupo para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pelas controladas para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das receitas de venda de mercadorias durante o primeiro trimestre de 2019 e 2018. A Companhia possui um cliente que contribuiu com 11,9% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 31 de março de 2019.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(v) Risco de Liquidez

- O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez.

- O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.

- Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou, iii) vender ativos para aumentar a liquidez

(vi) Risco de crédito financeiro

A previsão de fluxo de caixa é realizada e agregada pelo departamento de Finanças e Tesouraria da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O risco está relacionado à possibilidade da Companhia e sua controlada computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A controlada minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

	03/2019			12/2018		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Operações com derivativos	79.418	(12.400)	67.018	81.408	(11.618)	69.790
Parcela circulante	47.409	(3.856)	43.553	50.769	(2.373)	48.396
Parcela não circulante	32.009	(8.544)	23.465	30.639	(9.245)	21.394

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados em 31 de março de 2019 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Ativo	Passivo
2020	7.583	(1.424)
2021	6.537	(1.424)
2022 em diante	17.889	(5.696)
	<u>32.009</u>	<u>(8.544)</u>

Em agosto de 2018, a Companhia optou por adquirir o total de USD 100 milhões em opções de compra de dólar com o objetivo de mitigar o efeito da variação cambial nos contratos comerciais. O prêmio pago na ocasião foi de R\$ 11,7 milhões, valor este representado no quadro acima, juntamente com as operações de swap já existentes.

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil financeiro, cujo os fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 20 e 16.

Instrumentos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo:

	03/2019		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	752.757	79.418	832.175
Ativos financeiros ao valor justo	752.757	79.418	832.175
Derivativos usados para hedge	-	79.418	79.418
Títulos e valores mobiliários	752.757	-	752.757
Total do passivo	-	12.400	12.400
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	12.400	12.400
Derivativos usados para hedge	-	12.400	12.400

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	12/2018		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	784.841	81.408	866.249
Ativos financeiros ao valor justo	784.841	81.408	866.249
Derivativos usados para hedge	-	81.408	81.408
Títulos e valores mobiliários	784.841	-	784.841
Total do passivo	-	11.618	11.618
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	11.618	11.618
Derivativos usados para hedge	-	11.618	11.618

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos das controladas foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Ativos e passivos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:

31 de março de 2019

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	5.549.735	837.485	6.387.220
Instrumentos financeiros derivativos	-	79.418	79.418
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.133.950	-	3.133.950
Títulos e valores mobiliários	-	758.067	758.067
Caixa e equivalentes de caixa	915.050	-	915.050
Arrendamento mercantil - leasing	159.677	-	159.677
Depósitos judiciais	1.296.828	-	1.296.828
Outros valores a compensar	44.230	-	44.230

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	13.208.244	12.400	13.220.644
Empréstimos e Financiamentos	2.562.429	-	2.562.429
Instrumentos financeiros derivativos	-	12.400	12.400
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	3.781.912	-	3.781.912
Arrendamento mercantil - leasing	6.808.812	-	6.808.812
Dividendos a pagar	55.091	-	55.091

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31 de dezembro de 2018

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	5.639.420	871.478	6.510.898
Instrumentos financeiros derivativos	-	81.408	81.408
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	2.969.116	-	2.969.116
Títulos e valores mobiliários	-	790.070	790.070
Caixa e equivalentes de caixa	1.075.530	-	1.075.530
Arrendamento mercantil - leasing	208.049	-	208.049
Depósitos judiciais	1.345.113	-	1.345.113
Outros valores a compensar	41.612	-	41.612

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	8.296.570	11.618	8.308.188
Empréstimos e Financiamentos	1.663.017	-	1.663.017
Instrumentos financeiros derivativos	-	11.618	11.618
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	4.323.374	-	4.323.374
Arrendamento mercantil - leasing	1.940.074	-	1.940.074
Dividendos a pagar	370.105	-	370.105

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia – Síntese

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados a variações cambiais.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor.

Em 31 de março de 2019, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia e de sua controlada.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas e vigentes em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão demonstradas no quadro a seguir:

31 de março de 2019

<u>Moeda</u>	<u>CONTRAPARTE</u>				<u>Total Dívida</u>	<u>Total Swap (Ponta Ativa)</u>	<u>% Cobertura</u>	<u>TAXAS MÉDIAS SWAP</u>	
	<u>Tipo de SWAP</u>	<u>Dívida</u>	<u>SWAP</u>					<u>Ponta Ativa</u>	<u>Ponta Passiva</u>
USD	LIBOR X DI	KFW	JP Morgan		44.034	44.034	100%	LIBOR 6M + 1,35% a.a.	102,50% do CDI
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e BOFA		395.758	395.758	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	85,50% do CDI
USD	PRE X DI	CISCO	Santander e JP Morgan		116.829	116.829	100%	2,18% a.a.	88,20% do CDI

31 de dezembro de 2018

<u>Moeda</u>	<u>CONTRAPARTE</u>				<u>Total Dívida</u>	<u>Total Swap (Ponta Ativa)</u>	<u>% Cobertura</u>	<u>TAXAS MÉDIAS SWAP</u>	
	<u>Tipo de SWAP</u>	<u>Dívida</u>	<u>SWAP</u>					<u>Ponta Ativa</u>	<u>Ponta Passiva</u>
USD	LIBOR X DI	KfW	JP Morgan		43.420	43.420	100%	LIBOR 6M + 1,35% a.a.	102,50% do CDI
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e BOFA		378.595	393.387	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	85,50% do CDI
USD	PRE X DI	CISCO	Santander e JP Morgan		116.466	116.466	100%	2,18% a.a.	88,20% do CDI

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de março

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em junho de 2018, a Companhia aproveitou o momento favorável de mercado para fechar antecipadamente uma operação de swap a termo. O objetivo foi de garantir um custo atraente de 92,59% do CDI para a terceira tranche do contrato de financiamento em moeda estrangeira do KfW/Finnvera. O desembolso foi realizado em 17 de setembro de 2018 com o valor nominal em dólares de 40 milhões.

Em agosto de 2018, a Companhia adquiriu opções de compra de USD 100 milhões com strike a R\$ 4,00, com objetivo de mitigar o efeito da variação cambial nos contratos comerciais. As opções foram divididas em 9 vencimentos de U\$ 11,1 milhões (outubro de 2018 à junho de 2019) e foram adquiridas pelo valor inicial de R\$ 11,7 milhões considerando um spot de referência no momento da compra de R\$ 3,7655. Devido à alta do dólar e à redução na exposição de riscos nos contratos comerciais, a Companhia liquidou antecipadamente os vencimentos de outubro de 2018 e novembro de 2018 pelo valor de R\$ 5,6 milhões, considerando um spot de referência no momento da venda de 4,157. Em novembro de 2018, considerando a proximidade dos vencimentos e a redução na exposição de riscos nos contratos comerciais, a Companhia liquidou antecipadamente os vencimentos de dezembro de 2018 e janeiro e fevereiro de 2019 pelo valor de R\$ 1,0 milhão, considerando um spot de referência no momento da venda de 3,807. Em 31 de março de 2019, o valor remanescente teve seu valor contábil registrado de R\$ 1,6 milhões – Ativo (spot de referência do dólar de R\$ 3,8967).

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando três cenários distintos (provável, possível e remoto) e seus respectivos impactos nos resultados obtidos, quais sejam:

Descrição	2019	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívida em USD (Cisco e KfW)	556.622	556.622	709.888	882.412
A) Δ Variação Acumulada Dívida			153.266	325.791
Valor justo da ponta ativa do swap	556.622	556.622	709.888	882.412
Valor justo da ponta passiva do swap	491.123	491.123	481.668	481.287
Resultado swap	65.499	65.499	228.219	401.125
B) Δ Variação Acumulado Swap			162.720	335.626
C) Resultado final (B-A)			(9.454)	(9.835)

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Tendo em vista as características dos instrumentos financeiros derivativos das controladas, nossas premissas levaram em consideração, basicamente, o efeito i) da variação do CDI, ii) Libor e; iii) variações do dólar americano utilizadas nas operações, atingindo, respectivamente, os percentuais e cotações indicados abaixo:

Variável de risco	Cenário provável (atual)	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	6,40%	8,00%	9,60%
LIBOR	2,88%	3,59%	4,31%
USD	3,8967	4,8709	5,8451

Como as controladas possuem instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos swaps terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, as suas controladas divulgaram o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida de suas controladas em cada um dos três cenários mencionados.

Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas têm como único objetivo a proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos das controladas.

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 31 de março de 2019 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de swap. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no período

	03/2019
Resultado líquido em operações de USD x CDI	(308)

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Movimentação dos passivos financeiros

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento mercantil financeiro	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2018	1.663.018	1.940.074	(69.790)
Adoção do IFRS 16 / CPC 06(R2)		5.262.405	-
Ingressos	1.000.000	138.762	-
Encargos financeiros	46.334	210.001	(1.993)
Variações cambiais, líquidas	3.124	-	4.764
Pagamentos	(150.046)	(352.043)	-
Remensuração IAS 17 (i)	-	(390.387)	-
31 de março de 2019	2.562.429	6.808.812	(67.019)

(i) Conforme mencionado na Nota 2.f, a Companhia escolheu aplicar o pronunciamento IFRS 16 / CPC 06(R2) – Arrendamento Mercantil, de forma retrospectiva com o efeitos da aplicação em 01 de janeiro de 2019, portanto, os arrendamentos que foram classificados anteriormente como arrendamento financeiro, utilizando o CPC 06 (IAS 17), o valor contábil do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento na data da aplicação inicial da norma, representou o valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento imediatamente anterior a aplicação dessa nova norma, utilizando o CPC 06 (IAS 17). Contudo, para esses arrendamentos, conforme determinado pela nova norma, a Companhia deve mensurar o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, utilizando este novo pronunciamento a partir da data da aplicação inicial. Portanto, os arrendamentos anteriormente mensurados a luz do IAS 17 / CPC 06, foram remensurados em 31 de março de 2019, especificamente em relação a exclusão dos pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou de taxa, uma vez que a inflação projetada estava considerada pelo período dos contratos anteriormente mensurados pelo IAS 17 / CPC 06.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

37. Seguros

A Companhia e sua controlada mantêm política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de março de 2019, a Companhia e suas controladas possuíam contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros. A Administração da Companhia e de sua controlada entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidades	Valores Segurados
Riscos Operacionais	R\$ 37.828.857
Responsabilidade Civil Geral - RCG	R\$ 80.000

Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)

R\$1.000para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100para Danos Morais.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da TIM Participações S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, procederam à revisão e análise das informações trimestrais, acompanhadas do relatório de revisão limitada da PricewaterhouseCoopers (“PwC”), relativas ao período findo em 31 de março de 2019 e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, julgam as informações apropriadas para apresentação ao Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), 6 de maio de 2019.

WALMIR KESSELI

Presidente do Conselho Fiscal

JARBAS TADEU BARSANTI RIBEIRO

Membro do Conselho Fiscal

ELIAS DE MATOS BRITO

Membro do Conselho Fiscal

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pietro Labriola (Diretor Presidente), **Adrian Calaza** (*Chief Financial Officer* e Diretor de Relações com Investidores), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Officer*), e **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM Participações S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de março de 2019.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 2019.

PIETRO LABRIOLA

Diretor Presidente

ADRIAN CALAZA

Chief Financial Officer e Diretor de Relações
com Investidores

MARIO GIRASOLE

Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO

CAPDEVILLE

Chief Technology Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL

Business Support Officer

JAQUES HORN

Diretor Jurídico

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pietro Labriola (Diretor Presidente), **Adrian Calaza** (*Chief Financial Officer* e Diretor de Relações com Investidores), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Officer*), e **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM Participações S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2019.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 2019.

PIETRO LABRIOLA

Diretor Presidente

ADRIAN CALAZA

Chief Financial Officer e Diretor de Relações
com Investidores

MARIO GIRASOLE

Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO

CAPDEVILLE

Chief Technology Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL

Business Support Officer

JAQUES HORN

Diretor Jurídico